

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: INTERVENÇÕES CLÍNICAS E SOCIAIS

**NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E CIDADANIA: uma
articulação necessária**

Valquíria Lúcia Melo de Mendonça

Belo Horizonte
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VALQUÍRIA LÚCIA MELO DE MENDONÇA

**NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E CIDADANIA: uma
articulação necessária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: João Leite Ferreira Neto

Belo Horizonte
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M539n Mendonça, Valquiria Lúcia Melo de
necessária / Novos modos de subjetivação e cidadania; uma articulação
Valquiria Lúcia Melo de Mendonça. - Belo Horizonte, 2006.
87f.

Orientador: João Leite Ferreira Neto
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia

1. Subjetividade – Aspectos psicológicos. 2. Cidadania. 3.
Mudança social. 4. Movimentos sociais. I. Ferreira Neto, João
Leite. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.964.2

Valquíria Lúcia Melo de Mendonça

Novos Modos de subjetivação e cidadania: uma articulação necessária

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica.

Área de concentração: Processos de Subjetivação

Linha de Pesquisa: intervenções clínicas e sociais

Belo Horizonte, 2006.

João Leite Ferreira Neto – PUC Minas

Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Vanessa Andrade de Barros - UFMG

À vó Maria: ainda que você esqueça de mim, eu saberei sempre quem você é.

Aos meus pais.

Ao Adriano, Márcia, Patrícia, Lara e Nicolas.

Ao Wanderley e Gabriel.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Ao professor orientador João Leite Ferreira Neto pela paciência, pelo ensinamento e por acreditar, mesmo diante dos atravessamentos.

Às professoras Andréa Guerra, Jacqueline Moreira, Roberta Romagnoli e William Castilho: pela ajuda e disponibilidade que sempre me concederam.

À Marília, pelo apoio, ajuda, pela força, pelo incentivo. Obrigada!

Às professoras Maria Ignez e Vanessa Andrade de Barros pela colaboração e disponibilidade.

Aos colegas Fabrício, Cristiane, Alex, Josélia e Raquel.

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é compreender a possibilidade de mudanças nos exercícios de cidadania que temos presenciado em nossa sociedade (cidadania tutelada, cidadania assistida e cidadania emancipada), as quais envolvem ao mesmo tempo, uma transformação subjetiva. Para tal compreensão, partimos da experiência de um catador de papel e material reciclável associado à ASMARE (Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de Belo Horizonte), que no relato de sua história de vida, possibilita a percepção dos processos de transição entre as modalidades das cidadania citadas e as transformações subjetivas. O trabalho discute também a necessidade de pensar a cidadania atrelada aos processos de subjetivação, ou ainda, a partir de um outro modo dos indivíduos verem, pensarem e sentirem o mundo, diferentemente de um modo assujeitado, tutelado e assistido. O possível exercício da cidadania, como entendido neste trabalho, é aquele que rompe com os limites já impostos em nossa sociedade. A ASMARE é um movimento dentro do movimento nacional dos catadores de papel e material reciclável, o qual é, em nossa sociedade, exemplo dos Novos Movimentos Sociais. Discute-se os Novos Movimentos Sociais a partir da idéia de que os mesmos são uma tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares. Busca-se responder a uma questão fundamental, a saber: existe ou não a possibilidade de criação de um modo de vida que não esteja fundado na coerção social, mas sim voltado para a produção de uma existência onde cada indivíduo ou grupo seja criador de sua própria história? Conclui-se, que existe uma relação necessária entre cidadania e processos de subjetivação e apresenta-se a questão sobre o que deflagra as mudanças subjetivas imanentes aos exercícios da cidadania.

Palavras-chave: cidadania, subjetivação, Novos Movimentos Sociais,

ABSTRACT

The aim of present study is comprised the means of changes in citizenship exercises which we have observed in our society (citizenship tutored person, attended citizenship, emancipated citizenship), which involved in same time, a subjective transformation. For such comprehension, it was based on the experience of Garbage Collector associated with ASMARE (Association of Garbage Collector of Belo Horizonte), that in the report of life history yours, can be observed transition process along modalities of citizenship and subjective transformation. This study report also the necessary of think about cross-link between citizenship and subjection, or other way in which citizen observe, think about and fell the world, different the submissive manner, protection and assisted. The possible exercise of citizenship, as reported in this work, is that in which to break with the limits imposed in our society yet. ASMARE is movement in national movement of Garbage Collector , in which it is example of Society News Movements. Discuss the Society New Movemets with based on idea in which they are a new alternative to produce originals and one subjectives manner. The objective is to answer the question: is there or not the possible of creation new way that not be supported in social coercion, adso focused on the construction of an existence in which each person or group is the in charge of building their own story. Thus, this study conclude that there is a relationship between citizenship and subjection process and show the question about begin of subjectives transformation immanent with citizenship exercises.

Key Words: citizenship, subjectivation, new social movements.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 2: “SE VOCÊ QUER SABER A HISTÓRIA DA ASMARE, VOU TE CONTAR A MINHA VIDA”.....	16
2.1 – Relato da história de vida.....	16
CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS E TRABALHO DE CAMPO.....	32
3.1 – Discussão metodológica.....	32
3.2 - Asmare	41
CAPÍTULO 4: CIDADANIA, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: EIXOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA.....	51
4.1 – Cidadania: um conceito histórico.....	51
4.2 – Subjetividade: do que se trata?	58
4.3 – Os Novos Movimentos Sociais (NMS)	67
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A intenção de aprofundar no tema cidadania começou no curso de graduação em Psicologia, durante a realização de um estágio em Psicologia Comunitária, que acontecia num aglomerado de favelas, próximo à minha residência. Fazia parte do meu dia-a-dia ver e ouvir a necessidade, medos e sonhos de muitos moradores do aglomerado. Com o início do estágio, essa proximidade aumentou, o que facilitou um maior entendimento da realidade desta população. O fato é que eram necessidades de várias ordens: vestuário e alimentação, transporte, creche, segurança, calçamento, água, esgoto, iluminação, etc.

O primeiro objetivo do estágio era auxiliar a comunidade a montar e fazer funcionar uma rádio comunitária, que teria uma imensa utilidade e a princípio, segundo os próprios moradores do local, ela resolveria uma série de demandas. A rádio faria circular melhor a comunicação, ajudando a resolver problemas variados, fazendo as pessoas se aproximarem para se ajudarem. Funcionaria também como veículo de denúncias, reclamações, agradecimentos e divulgações variadas.

A duração do estágio foi de um ano. Durante todo este período, ao contrário do que foi contratado inicialmente, em assembléia, com um grupo representativo da comunidade, não houve adesão dos moradores aos trabalhos propostos para concretização dos objetivos. A frequência às reuniões era muito baixa, a agenda de compromissos não era cumprida e as dificuldades passaram a ser levantadas com um peso que parecia se tornar maior que o desejo de criação da rádio. A partir disto, surgiu a minha primeira questão: por que eles não se envolvem? Como esperam resolver e satisfazer suas necessidades? Se a própria comunidade localiza suas dificuldades e propõe um mecanismo para solucioná-las, porque recua no momento de trabalhar por tais soluções e se mantém estacionada? Colocada esta questão durante a realização de um seminário com o grupo, a resposta foi clara: *“a gente esperava que a faculdade desse pra gente a rádio”*. Esclarecida a inviabilidade de satisfação dessa demanda, novos propósitos foram estabelecidos e a tentativa de trabalho, reiniciada. Mas o resultado foi o mesmo: o grupo não se implicava.

Este acontecimento suscitou em mim uma curiosidade por entender por que o grupo não se colocava em movimento para concretização de seus objetivos. Por que alguns se movimentam em favor de si e outros não? Por que, embora vislumbrando possibilidades de mudanças, não se direcionam para elas? O que ou quem eles esperam? Por que se colocam como pedintes quando, na verdade, deveriam trabalhar para fazer valer uma série de direitos? Dizer que a sociedade não lhes ofereceu oportunidade, que a vida é difícil, que não tiveram estudo, que o governo não ajuda, que a violência e o tráfico acabam por fagocitar a maioria dos moradores do morro, não podem ser argumentos tomados como verdadeiros para serem causa da dura realidade em que vivem, uma vez que existem indivíduos que conseguem fazer dessa dura realidade, motivo para se colocarem em movimento de criação de uma realidade diferente. Morar tão próximo do aglomerado me permitiu verificar que dentro da comunidade, alguns vendiam marmita, outros costuravam, fabricavam produtos de limpeza para venda, realizavam pequenos serviços de variados consertos em residências, catavam papel, latinha, alumínio ou o que mais pudesse ser vendido para depósitos especializados, enfim, buscavam um meio de solucionar suas dificuldades sem esperar que alguém fizesse por eles.

Cidadania para o grupo em questão, era palavra associada a direito sim, mas direito de receber doações e ajuda: luz, esgoto, água, cestas básicas ou “*qualquer coisa que você tiver pra dar*”.

Existe no Brasil uma cultura estabelecida, de que cidadania é o direito que o povo tem de receber do Estado, o que é de seu dever dar ao povo. A cidadania no Brasil é um fenômeno complexo e pode ser lido ao longo da história do país. A concepção de cidadania como direito de receber, tem suas raízes, segundo Carvalho (2002) na colonização do Brasil, no período da escravidão, que foi o fator mais negativo para a cidadania no país.

Uma das conseqüências desta história é que hoje a pirâmide de direitos está colocada de cabeça para baixo. De modo clássico, os direitos civis são a base da cidadania. Depois vêm os direitos políticos e finalmente, os direitos sociais. Mas no Brasil, isso não aconteceu desta forma. Primeiro vieram os direitos sociais, que surgiram num momento onde os direitos políticos estavam suspensos pelo regime

militar. E os direitos civis, ainda que precariamente presentes, foram intensamente reduzidos nesta mesma época e, ainda hoje, muitos desses direitos continuam inacessíveis à grande parcela da população. Fala-se que no Brasil a pirâmide de direitos foi colocada de cabeça para baixo.

Não seria correto afirmar que existe apenas um caminho para a cidadania. Marshall (1950) propôs uma forma, a partir dos direitos civis, políticos e sociais, mas a história tem mostrado que algumas nações, como o Brasil, têm feito outro percurso. Os produtos finais são diferentes, o cidadão que se forma é diferente e, embora democracia seja uma só, ela também é gerada de forma diferente.

A partir daí, senti necessidade de entender porque cidadania no Brasil é palavra tão dita e pouco exercida e porque seus significados, embora tão variados, são tão pouco efetivos na vida da maioria do povo.

Um estudo mais apurado acerca da cidadania, iniciado com o curso de pós-graduação, possibilitou-me entender que cidadania é palavra mal entendida desde os primórdios de seu uso e traz em seu cerne o peso de uma história que não será facilmente mudada. Mas pensar e entendê-la, não era chave para se compreender o que faltava para mudar a realidade da população do aglomerado. Pensar a cidadania pela via dos direitos, é uma possibilidade e uma realidade. Mas ela não foi suficiente para auxiliar-me no entendimento do que se passava com aquele grupo, que sabia de seus direitos, da possibilidade de reivindicá-los, mas comportava-se como se saber disso não fosse suficiente. Realmente os direitos estão colocados para todos. Por que então a comunidade não exercita esses direitos? Por que ficavam num discurso queixoso e numa atitude de espera por doação de benefícios que o governo concedesse? Ainda que a demanda fosse do grupo, alguma coisa ficava faltando acontecer para que eles se implicassem e fizessem valer o que sabiam a respeito de direitos dos cidadãos.

Foi então que a idéia de subjetivação, processos de singularização e novos modos de subjetivação vieram em auxílio à compreensão dessas questões.

Se os direitos já estão colocados, é necessário que haja um posicionamento diferente de cada um frente a eles. Ou seja, mudanças no modo de perceber a realidade, de estabelecer um estilo de vida singular. Trata-se de abrir mão de “*formas instituídas*

de experiência para a invenção de novas formas de vida” (FERREIRA NETO, 2004, p. 116).

Se cada indivíduo não se apropria da idéia de direitos, da necessidade de mudanças, da possibilidade de criar uma vida diferente, sem assujeitamentos aos poderes locais, à cultura estabelecida de divisão desigual de renda e oportunidades, não basta que os direitos estejam legalmente colocados.

Mas não se trata de pensar que existe uma relação de causalidade entre cidadania e subjetividade. Não é possível precisar se mudanças no exercício da cidadania, provocam mudanças no modo de subjetivação ou se o contrário é que se dá. Estes processos acontecem de modo articulado. Pensá-los separadamente ou sem vinculações não nos auxilia a entender porque mudanças possíveis e necessárias não acontecem.

No aglomerado, o exercício da cidadania não era verificado e não havia mudanças subjetivas que colocassem cada indivíduo em movimentação para um processo de criação e de invenção de uma realidade diferente.

A articulação entre estes dois elementos possibilitou, ao longo deste trabalho, esclarecer uma série de questões surgidas deste o período deste estágio e outras, levantadas para a pesquisa e no decorrer dela.

Na cidade de Belo Horizonte, existe a Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável (ASMARE) que já é amplamente conhecida na capital – e fora dela – pelo trabalho de conscientização da coleta seletiva de lixo. Tomei conhecimento da associação a partir de estudos sobre políticas públicas sociais e percebi no trabalho da associação importantes movimentos de conquistas sociais. Decidi estudar a história da associação e escrever em cima disso. O ponto de partida foi a ASMARE e a partir dela a escolha teórica, que viria me esclarecer e ajudar a compreender como são possíveis o exercício da cidadania e as conquistas sociais por parte daqueles que se encontram em situação de pobreza e muitas vezes de miséria, mas ainda assim, encontram novas alternativas para suas vidas.

A história oficial da ASMARE pode ser conhecida por qualquer pessoa que tenha interesse em fazê-lo. E inicialmente este era meu interesse. Mas iniciado o trabalho de conhecer a associação, ocorreu-me a oportunidade singular de conhecer o

percurso da ASMARE a partir da história de vida de um associado. Maurício falou-me de sua vida para que eu pudesse saber sobre a associação. Este nome não é fictício e sua publicação foi autorizada pelo associado que hoje diz ter “ *muito orgulho de fazer parte da história da ASMARE*”.

Assim, este trabalho se inicia, no capítulo 1, com o relato da história de vida de Maurício, transcrito com fidelidade às palavras do associado. A história de vida contempla a história de um grupo e também de um indivíduo e o relato a seguir aponta tanto para o grupo como para uma singularidade. É esperado que o relato não aborde toda a vida de Maurício, mas sim o que ele achou fundamental para o período de nossos encontros. Possivelmente para outro pesquisador e/ou em outro momento, Maurício contasse sua história com outras lembranças e outra ênfase, mas o seu relato, no momento dessa pesquisa, contém o que ele lembrou, significou e re-significou de sua história.

No capítulo 2, faço uma discussão metodológica, apresentando a história de vida e esclarecendo como foi a realização da coleta de informações sobre a associação. A história de vida permite compreender a vivência de um sujeito, como ele a entende e se posiciona no mundo. Mas ela permite também que se faça uma passagem para a história coletiva. Desta forma, a partir da história de vida de um indivíduo, foi possível pensar possibilidades para a história de vida de outros indivíduos e mesmo de um grupo. Foi importante perceber que a história de vida que Maurício relata é também parte da história da constituição da Associação. A metodologia foi desenvolvida ao longo da pesquisa ao invés de ter sido determinada antes do início do trabalho de campo. Isso foi um facilitador tanto para a prática como para a escrita e retiro daí uma conclusão importante: não é a realidade prática que precisa se enquadrar às teorias, mas estas é que precisam ler e interpretar a realidade. O método precisa ser submetido ao processo de problematização do trabalho e conseqüentemente, construído do longo do mesmo.

Em seguida à discussão metodológica, apresento a história da ASMARE, a partir das entrevistas que foram realizadas e do material que foi lido a respeito. . Embora já existente há alguns anos, a associação continua em luta para permanecer em funcionamento, mostrando assim que determinados direitos não são aquisições definitivas, mas exercício permanente de luta e construção. A pesquisa documental não

foi feita, pois no período de realização do trabalho de campo não consegui funcionário disponível para acompanhar-me na consulta ao arquivo de documentos diversos que a associação guarda. Os associados estavam envolvidos com várias reuniões e assembléias para organizarem uma mobilização em torno da tentativa da prefeitura de Belo Horizonte de retirar da associação o direito de coleta seletiva em vários pontos da cidade.

No capítulo 3, faço uma leitura teórica da história de vida, tentando identificar na mesma como um indivíduo constrói um determinado exercício de cidadania e um modo específico de perceber e se perceber na vida. Cidadania não é uma categoria fechada, e tem seu significado sucessivamente transformado ao longo da história, sendo constantemente redefinido no tempo e espaço. Cada comunidade constrói pra si tanto uma representação do que sejam os direitos e deveres dos seus membros, quanto práticas legítimas para seu exercício.

A cidadania tutelada e assistida cede espaço, na história de Maurício, para o exercício da cidadania emancipada ao mesmo tempo em que ele encontra uma nova forma de se perceber, perceber o trabalho e inventar um novo estilo de vida. O relato da história de vida joga luzes sobre os conceitos de ‘cidadania’, ‘novos modos de subjetivação’ e ‘novos movimentos sociais’ que apresento neste capítulo.

Finalmente, no capítulo 4, algumas considerações finais são apresentadas. Qualquer consideração colocada traz em si duas características importantes: é específica deste trabalho e provisória. O caráter provisório quer dizer que num momento posterior, a leitura do trabalho pode me sugerir outras conclusões. O pesquisador percorre novos caminhos, novas leituras, tem outras vivências que podem fazer com que a percepção da realidade seja modificada. O meu modo de perceber o mundo ao final do trabalho já não era o mesmo do início do mesmo. Os interesses também não. Por isso, contento-me com estas conclusões não por serem melhores ou parecerem suficientes, mas porque refletem um modo singular de perceber toda a realidade aqui estudada.

CAPÍTULO 2 : “SE VOCÊ QUER SABER A HISTÓRIA DA ASMARE, VOU TE CONTAR A MINHA VIDA”

2.1 - Relato da história de vida:

“Se você quer saber a história da ASMARE, vou te contar a minha vida. Eu nasci em Caratinga, mas vim pra Belo Horizonte com 8 meses. Vim com minha mãe e dois irmão. Quando eu fiz um ano, meu pai morreu. Nem cheguei a conhecê. Viemo pra morá na casa da minha vó, mãe dele, e continuamo lá. Meu pai casou em Caratinga e trouxe minha mãe pra cá, pra casa da mãe dele, na Serra. Depois que meu pai morreu, o pessoal na casa da minha vó começou a desfazê da minha mãe. Não minha vó, mas minhas tia. O pior de tudo é que minha mãe ficou um tempo sozinha e engravidou e foi mais um motivo pra eles sacrificá minha mãe. Então falaram que lá não era lugar pra minha mãe, que mulher como minha mãe não podia ficar no meio deles. Minha mãe que não era de agüentá muito desaforo, arrumou um barraco e mudou com a gente lá da Serra. Eu tava esses dias até conversando com um irmão meu, mais velho e eu acho que a casa lá é nossa. Eu acho que meu pai que fez lá. Se fosse entrá na justiça mesmo, acho que a gente ganha. Mas a minha mãe não agüentou aquela humilhação e resolveu alugá um barraco e mudamos pro bairro Durval de Barros. A minha mãe criou a gente sempre assim, sem pai, ela sozinha, trabalhando pra nos mantê.

Sáimos de Caratinga porque a família da minha mãe morava lá, perto de Caratinga. Meu pai ficou conhecendo minha mãe e foi pra lá. Começou a trabalhá e falou que assim que casasse com minha mãe, trazia a minha mãe pra cá, porque a família dele morava aqui e ele queria ficá perto da mãe dele. A minha mãe resolveu vim. Meu pai era pedreiro e era muito conhecido naquela região Sera/ Sion, então, na época ele tava desempregado e vieram tentá serviço aqui. Falou com a minha mãe que

queria tentá serviço aqui e queria ficá perto da mãe dele. Meu pai era alcoólatra. Minha mãe falava que ele não conseguia sair pra trabalhá sem bebê. Dizem que ele andava sempre de paletó e carregava uma garrafinha no bolso. Ele não tomava café da manhã, tomava cachaça. Um dia ele foi trabalhá e tava trabalhando num edifício. Já tinha bebido de manhã e o pessoal tinha dado uma parada e ele não. Ele tava trabalhando no último andar e ai caiu em cima de um monte de areia e bateu a cabeça num tijolo comum. Ficou hospitalizado um bom tempo, ganhou alta e foi pra casa. Quando ele foi pra casa, ele não tava normal mais. Segundo minha mãe, ele não tava conhecendo mais a gente, não tava conhecendo minha mãe, queria matá. Nós chegava pra dar benção pra ele e ele dizia: “que benção o que, não te conheço”. Ficou doido. Aí depois ele ficou hospitalizado. Os médicos chamaram minha mãe, reuniu toda família porque ele tinha que fazer uma operação muito séria pra tentá vê se eles conseguiam fazê com que ele voltasse ao normal, mas que era difícil a operação. Fez a operação de cabeça e não deu. Pingou sangue no miolo e ele morreu na cirurgia.

A minha mãe tocou a vida pra frente. Não cheguei a conhecê ele, mas eu tenho certeza que ele morreu lá, no Hospital Evangélico. Com meu pai hospitalizado minhas tia já tavam maltratando, depois que ele morreu minha mãe pensô “agora vai ser pior pra mim ainda”. Ela achou melhor saí e com a história da gravidez... ela já estava quase ganhando o menino. Não, não... ah! Foi depois que ele morreu que ela engravidou. Continuamo lá por um tempo e tinha aquele negócio de dó, né? Por parte da minha vó. Pela minha vó tudo bem, mas tinha as minhas tia jogando pedra e minha mãe resolveu sair de lá. Os parente da minha mãe já morava por aqui e falou com ela pra ela pegá um barracão de aluguel e vim pra cá, pra ficá perto das irmã dela, pra ela não ficá lá, lá não tinha parente nenhum. Arrumou barracão no Durval de Barros e começamo a levá nossa vida.

Minha mãe arrumou um serviço e nós era muito pequeno e não tinha como tá ajudando ainda. Nós ficáva em casa. Nós era pequeno mas éramo muito responsável. Minha mãe saía de manhã, trancava a gente, levava a chave, mas deixava tudo no jeito. Deixava os três pratos de comida. Era uma época difícil, não tínhamos fogão a gás, ela deixava em cima da trempe do fogão de lenha e a comida continuava quente. A gente almoçava, dormia e não via a hora passá. Quando a gente assustava, já tava minha mãe

chegando. Nós éramos três: eu, o Carlinhos e a Lúcia. Agora somos só eu e o Carlinhos. A Lúcia morreu. Ah, tinha também o Jorge, que era o menor, o clarinho.

Minha mãe continuou a vida porque o soldado morre mas a guerra não acaba. Ela foi levando, nós fomos crescendo também e nós vivíamos como cigano, ela não parava não. Alugava um barracão, aí as coisas iam ficando difíceis, a minha mãe não agüentava pagar o aluguel, mandavam a gente embora. Nós arrumamos outro barracão e o dinheiro para o primeiro aluguel. Depois do Durval de Barros moramos em quatro ou cinco lugares. Minha mãe foi levando assim até nós chegarmos no bairro Cabana. Lá eu tava com 8 anos e meu irmão, que era mais velho tava com 12. Eu sou o do meio. Meu irmão tem 46, eu 40 e o Jorge, 36. A minha irmã que morreu era mais velha que eu. Lá no Cabana as coisas foram piorando. O custo de vida foi piorando. Todo dia tinha aumento das coisas. As coisas estavam bem pior, mas também nós estávamos maiores. Se dependesse de nós, eu e meu irmão, a gente não saía do lugar não. Mas a minha mãe sentou com a gente e disse: “Carlinhos e Maurício, quero ter uma conversa séria com vocês dois. (eu com 8 e meu irmão com 12, mas eu sempre fui mais cabeça que ele). Faz muito tempo que seu pai morreu, as coisas são difíceis, a vida continua, mas a partir de hoje vocês vão ter que fazer alguma coisa, arranjar um jeito de me ajudar em qualquer coisa, senão eu não vou agüentar. Eu vou morrer e vocês vão ficar aí. Vocês vão ter que começar a fazer agora porque o dia que eu morrer vocês já sabem das coisas”. Eu parei e pensei: “é verdade, minha mãe precisa de nós. Ela já lutou demais. O que vou fazer pra ajudar minha mãe?” Saí pra rua pra brincar e não conseguia brincar porque eu ficava pensando o que eu ia fazer pra poder ajudar minha mãe. Um colega meu, mais velho, me disse que tinha que ir dormir mais cedo porque no dia seguinte ele ia vender jornal. Perguntei pra ele onde ele vendia jornal e ele disse: “você chega lá, tem que levar registro (mas eu não tinha registro, certidão de nascimento), mostrar pro Raimundo, pegar o jornal e levar pra rua pra vender. Tem que tá lá 5 da manhã”. Eu não tava acostumado a levantar cedo. Mas eu fui lá na banca conversar com ele. Fui igual gente grande. Falei que eu tava precisando fazer qualquer coisa pra ajudar minha mãe e queria vender jornal, só que eu não tinha registro comigo porque minha mãe guardava com os outros e eu não sabia onde e eu também não queria que ela soubesse que eu ia trabalhar não. Era segredo. Eu queria que ela chegasse em casa e eu ter comprado alguma coisa pra ela ver. Conversei com ele e ficou certo que no

outro dia eu ia chegá às 5 horas. Fui pra casa sem sabê como eu ia acordá no dia seguinte às 5. Lá perto de casa tinha um vizinho que trabalhava na Mannesman e ele saía 4 hora da manh e eu ia pedí pra ele me chamá. Fui na casa dele, expliquei pra ele que eu ia trabalhá, pedí pra ele me acordá e ele disse que ia me chamá. Mas eu nem tava conseguindo durmí. Fui durmí lá pras 3 da manhã. Faltano vinte pra cinco ele bateu na porta, me chamô e eu fui pra banca.

Cheguei na banca e tava fechada ainda. Fique na porta e deu 5 hora, o Raimundo chegou. Ele disse: “já?”. Eu disse: “já! Tô precisano trabaiá”. Ele me disse: “os menino estão acostumados a pegá 40 folha de jornal. Eu te entrego o jornal por um preço, o que passá é seu. Você não pode vendê é pelo mesmo preço, senão vai tomá prejuízo”. Ele anotava no caderno o quanto de jornal a gente levava e me disse que como eu era inexperiente ele ia me dá 20 jornais. Me disse que eu podia entrá em qualquer ônibus e vendê o jornal. Coloquei embaixo do braço e ele me disse pra procurá um sinal pra vendê. Todo sinal que eu chegava já tinha menino vendeno jornal. Parei perto da escola técnica e não tinha ninguém no sinal e comecei a oferecê jornal no sinal, nos carro. Não apareceu nenhum dono do ponto. Em meia hora vendí o jornal todo. Voltei, acertei com ele. Fui o terceiro a chegá na banca. Mas eu não sabia nem quanto eu tinha ganhado, nem quanto eu tinha de lucro. Ele é que foi muito honesto comigo. Entreguei para ele o dinheiro todo, ele olhou no caderno quantos jornal eu tinha pegado, contou o dinheiro e me deu. Eu nunca tinha visto dinheiro na minha mão e fiquei rindo à toa. Fui pra casa feliz da vida, chamei meu irmão, mostrei pra ele o que tinha ganhado e disse pra ele que dava pra comprá banha, um quilo de arroz. Lá em casa não tinha nada pra comê. Nada, nada. Não tinha gás, já tinha cortado a luz. E disse para ele que no dia seguinte ele tinha que í comigo porque se fosse nós dois já dava pra fazer uma compra pra mãe. Ele custô a concordá comigo. Ele não gostava muito de trabalhá não, era meio desanimado. Confiava muito na minha mãe, eu também, mas a partí daquele momento a gente precisava aprendê a se virá.

No ôtro dia o moço me chamô de novo e eu chamei ele. Fomo pra banca. Lá o Raimundo não quis dá jornal pra ele, só pra mim. Expliquei pro Raimundo que era meu irmão, que ele precisava trabaiá também, que lá em casa não tinha nada pra comê. Acabô que ele deu jornal pra gente. Fomos pra lá perto do Pio XII, no sinal da

Contorno. E nesse sinal que a gente parô tinha um pessoal que vendia fruta também. Nós vendia jornal e eles vendia fruta. Só que eu procurei sabê quanto eles ganhava na fruta e se demorava mais pra vendê. Pensei que talvez com a fruta eles ganhava mais. Vi que a fruta era mais negócio porque o cara trazia a fruta do CEASA e pegava caixa de uva, caqui, goiaba, manga rosa e se você pegasse acima de 10 caixa ganhava uma marmitta de comida. O dono da fruta dava, além do dinheiro. Se você pegasse 10 caixa ganhava a marmitta de comida, mas não podia devolvê a fruta não. E uma caixa que você vendia, você ganhava muito dinheiro. Só que eu tinha que devolvê em dinheiro, a fruta não. Às vezes você ficava ali até as 16 hora da tarde, a fruta ficava velha. Ele entregava a fruta fresquinha. Então tinha que devolvê em dinheiro. Pensei que era negócio. Com o jornal eu não ganhava comida. A gente passava fome. Foi pouco tempo. Depois eu aprendi a batalhá... aí depois desse momento, não. Quando não tinha nada pra comê a gente ia pra casa de colega, de amigo, né? Mas isso foi pôco tempo. É por isso que hoje eu gosto de comê é bem.

Fui lá, conversei com o dono da fruta primeiro. O nome dele era Baltazar. Ele me explicou como era, falei com ele que eu já sabia e perguntei se podia pegá no dia seguinte. Ele disse que eu precisava chegá cedo, as 9 horas. Eu até falei que não era cedo não. Depois de conversá com o Baltazar eu e meu irmão fomos entregá o jornal. Fui pensando dentro do ônibus que eu ia chegá lá e ia agradecê a ele muito, até porque se eu precisasse de novo, eu ia podê voltar. Cheguei lá, acertei com ele o jornal e disse que estava indo lá pra agradece. Disse que eu tinha arrumado a fruta pra vendê e que com a fruta eu ganhava mais, inclusive comida e que trabalhano eu e meu irmão a gente ia podê fazê uma compra lá pra casa. Ele entendeu e eu perguntei se eu precisasse voltá se podia e ele disse que podia sim, que as porta tavam abertas.

No outro dia fomo pra fruta. A primeira fruta que eu peguei foi caju. Caju era caro. Vendendo uma caixa de caju já valia pelas dez. Pegamo as 9 horas e o Baltazar ia embora 13 hora. Nós sem experiência. Já tinha uns 5 caras vendeno no sinal. Pra você vendê pra um carro você tinha que falá o nome do carro lá de longe. Depois que cê falava o nome do carro ninguém mais podia í nele. Eu sei que meu irmão acabou a fruta dele eram 10 horas. Meu irmão era mais esperto que eu na fruta. Era época de natal e caju, pêra, vende muito nessa época. Meu irmão vendeu a dele e três minha que tavam

faltando. Ficamo cheio de dinheiro e com a comida. Nesse dia, no primeiro dia nós ganhamo mais ou menos, com se fosse nos dia de hoje, uns R\$ 150,00, juntando o meu dinheiro e o dele. Isso era mais ou menos em 1969. Fomo direto pra mercearia. Já sabia o que comprá porque a gente ia com a minha mãe quando ela ia comprá. Fomo na mercearia do Hélio como gente grande. Falamo com ele que queríamos fazê uma compra e que não era a gente que ia levá. A gente queria que entregasse em casa, na Kombi. Falei que a gente ia comprá muita coisa. As coisa naquela época era bem mais fáceis. As pessoa tavam acostumadas a comprá era meio quilo de banha, um quilo e meio. A gente já falou que queria um pacote de banha, 5 quilos de arroz, 5 quilo de feijão. Saímo de lá com a Kombi cheia de compra. Compra grande não pagava carreto não. Os vizinho ficaram de boca aberta. Mas eu achei que távamos esqueceno de alguma coisa. Era uma carne pra gente comê. Meu irmão voltô e comprô dois frango. Minha irmã já tinha ido embora pra casa da minha tia porque lá em casa não tinha nada pra comê. Custamo a descarregar a Kombi e enchemo a casa toda. As lata não couberam tudo e colocamo embaixo da cama e o Carlos voltô com o frango. Estávamo feliz da vida, cantano, catano feijão pra botá pra cozinhá. Arrumamo a casa, as vasilha e colocamo o frango pra cozinhá. Ele falô que sabia picá o frango, mas picô de qualqué jeito. Refogamo arroz, sempre soubemo cozinhá. Minha mãe ensinô a gente. Passá rôpa também. Colocamo o frango na panela de pressão, colocamo tomate, tampamo a panela e fomo pra rua brincar. Comprams um saquinho de bolinha e distribuímoo pra todo mundo na rua. Mas a gente já pensava que precisava trabalhá no dia seguinte, pra além de tê compra, tê dinheiro também. Quando lembramo do frango e voltamo pra casa, cadê o frango? Tínhamo colocado muita água, não queimô, mas virô uma sopa. Cozinhô tudo, não tinha nem osso mais. Minha mãe chegô de noite com aquela carinha cansada, como se diz: “coitado dos meus filho, devem tá com fome”. Foi uma surpresa pra ela. Comida pronta, vasilha cheia. Dissemoo pra ela que éramo os homen da casa e que a partir daquele dia ela não ia precisá colocá mais nada dentro de casa.

No ôtro dia, saímo de novo. E a partí daquele momento a vida deu uma mudada, da água pro vinho. Uma andorinha só não faz verão. Pra minha mãe sozinha era difícil cuidá de nós. Ela trabalhava em restaurante, não tinha hora pra largá serviço. Começamo a trabalhá, colocamo isso na cabeça e até hoje.

Meu irmão que sempre foi mais tranqüilo teve tempo pra estudá. Eu não tive tempo. Minha vida toda foi trabalhá. Às vezes eu tinha que í pra escola. Minha mãe deixava ordem pra ir pra escola, meu irmão e minha irmã iam. Eu não ia. Eu ia trabalhá, ia olhá carro na porta do grupo. Olhava carro das professoras. Isso bem antes do jornal, aproximano dos 8 anos. Assim, nunca tive tempo pra estudá. Hoje, o que eu sei eu aprendi com minhas mãos, por curiosidade. Hoje eu até sei ler. O que eu não sei muito é escrevê. Mas a qualqué hora eu vô pra escola ainda.

Ficamo na fruta até os 15 ano. Tava bom. Depois da fruta, a gente já tinha dinheiro, comecei a curtir som. Arrumávamo dinheiro pra ir pro som, dançar. Dentro de casa já tava tranqüilo. Minha mãe já não precisava gastá dinheiro com nós. Nós deixava minha mãe com o dinheiro dela. Ela, às vezes, gostava de cinema e eu falava com ela: “mãe, arruma um namorado pra senhora. Esquece da gente um pouco”. Meu irmão Jorge era mais novo, não trabalhava, ficava em casa. Minha irmã já tinha ido lá pro Barreiro, pra casa da minha tia, lá tinha vida boa. Ficamo só eu e meus dois irmãos. Eu e o Carlinhos saímos pra trabalhar e ele ficava em casa, mas a gente sempre deixava alguma coisa pra ele. A gente fazia comida e deixava. Mas ele não era bobo. Era novo, mas não era bobo. A comida da janta ficava pro almoço. Como a gente não ia em casa almoçá, ele almoçava e nós comia na rua, ganhava a marmita né? Faziamo a janta de tarde. Nem com isso ela precisava preocupá.

Comecei a colocá na cabeça dela que era pra ela arrumá um namorado, que o dinheiro que ela gastava com a gente era pra ela gastá com ela, ir no cinema, vê filme de luta, que ela gostava. Ela começou a fazê isso mesmo. Começou a curtí, arrumô namorado, um foi até lá em casa um dia conhecê. Levou umas bala pra nós e falamo com ele que nós não era menino de bala mais. Ele gostou do jeito que a gente falou e minha mãe encheu nossa bola, falou nós já era homem. Depois eu e meu irmão começamo a acertá aluguel, trocamos o fugão, compramo mais um botijão. Graças a Deus hoje eu sou um cara muito cabeça, mas muito sofrido, sofrido demais.

Depois dos 14 anos, eu me interessei pela fruta. Passei do jornal pra fruta e comecei a curtir som. Eu trabalhava a semana toda e sexta feira eu ia pro som. Não tinha a minha mãe pra fazê as coisa pra nós, porque ela sempre trabalhô muito, então era eu e meu irmão. A gente lavava a roupa de ir pro som e o tênis. No sábado a gente não

trabalhava. Fiquei uns dois anos curtindo som e nesses dois ano eu conheci uma menina. Eu tava com 14 pra 15 anos já. Mas sabe de uma coisa? Hoje eu penso: eu era diferente dos amigos meu. Eu sempre fui um cara sério, nunca gostei de brincadeira, sempre fui contra meus colega que abusava de alguma menina. Eu tinha idéia de casar mesmo. Sempre acompanhei a idéia da minha mãe: casar, o pai rígido, eu queria seguir aquilo. Disse pra minha mãe que eu queria casá, que eu tinha conhecido uma menina no som: “ela se chama Lúcia, eu tenho que ir na casa dela conhecê os pais dela porque eu tô com idéia de casar”. Namoramo um bom tempo. Na verdade eu tava com vontade de casar, mas ela não. Eu tava falando com ela pra levar a sério, eu ia na casa dela, ficava lá até as onze horas, meia noite e eu morava na Cabana e ela morava no Nova Suíça e eu ia e voltava a pé da casa dela. Só que às vezes eu voltava lá pra duas da manhã e a minha mãe falava pra eu tomá cuidado, não ficá andando na rua nesse horário. Eu tava na fruta ainda, tava ganhando dinheiro. Eu falava com minha prima que eu queria casá e ela disse: “Maurício, pra você casar, você tem que arrumá um outro emprego. Arrumá um serviço fichado porque cê vai ter filho depois”. Ela disse que o irmão do patrão dela tinha uma fábrica de produto químico e ia tentar arrumá pra mim e eu disse que ia só se fosse pra ganhá mais do que eu ganhava na fruta. Ela arrumou lá pra mim. A fábrica era na casa dele, então lá eles me dava almoço e janta e eu não preocupava em levá almoço de casa e já saia de lá jantado. Fiquei lá com ele 3 anos. Só que essa menina não teve paciência de esperá o casamento. Eu disse pra ela que com um dinheiro que eu recebesse eu ia comprá as alianças. Ela disse que isso era bobage e eu disse que não, que eu ia na casa da mãe dela conversá. Chamei a mãe dela e disse: “D. Rita, tô querendo casá com a Lúcia, mas acho que ela não tá com muita paciência de esperar não”. Eu queria também mostrá pra minha mãe. Lá em casa não tinha ninguém casado ainda e eu queria sê o primeiro. Mas acabou que eu fui na idéia dela. Um dia ela me perguntô por que eu não alugava um barracão perto da casa dela, porque eu ficava indo e vindo todo dia, de madrugada. Eu também achei melhor porque em casa ficava muito sozinho.

Um dia eu tava pra ir no som e ela cismou que queria ir comigo. Era no centro da cidade. Fui pedir pra mãe dela e a gente falou que voltava era de madrugada, umas duas ou três da manhã. A mãe dela deixou e três da manhã eu deixei ela em casa. Falei

com ela: “melhor você entrá que já tá tarde, sua mãe tá preocupada”. Mas ela cismou de não entrar e de dormi lá no meu barraco. Eu falei com ela: “não, de jeito nenhum. Você é moça. Eu falei com sua mãe que eu quero casá, prometi pra minha também isso. Você tem que tê calma, a gente vai casar, daqui uns dias vou comprá aliança, a gente vai ficá noivo. Se a gente ficá noivo, já é um caminho. Mas ela não teve paciência. Ai eu bati na porta, a mãe dela abriu, deixei ela lá e fui pra casa. Quando eu tava chegando em casa, ela chega atrás de mim: “Ah, mas eu quero”. “Eu sei que você qué mas não pode”. “Você quer mas eu não quero”. “Mas você não é homem não?”. “Sô, não é porque eu não quero ficar com você que eu não sô homem não. Sô homem sim, mas eu quero cumpri o que eu falei, eu quero casá com você, eu não quero uma coisa de qualquer maneira, quero casá no papel, quero uma coisa bonitinha. Nós vamo casá, tê filho, contá pros nossos filhos”. E ela não teve paciência. Eu tive que sair do barraco e deixar ela lá dentro. Achei melhor eu ficar lá na rua sentado e ela lá me esperando. Na outra semana a mesma coisa. Mas teve um momento que eu não agüentei mais. Ela foi lá pra casa e falou... eu morava bem na favela, bem no meio da favela, e ela falou que se eu não ficasse com ela naquela noite que ela ia ficá lá e de manhã bem cedo ela, com os boteco bem cheio, ela ia sai gritano que eu não sou homem. Aí nesse dia eu fui obrigado a ficá com ela. Obrigado a ficá com ela. Eu falo isso com ela até hoje, eu não queria, mas fui obrigado, fiquei com ela.

Eu já não tava mais nos produto químico, eu tava trabalhano vendeno boné, então viajava pra ir pros Jubileus. Mas eu falei com ela: “Lucia eu sou obrigado a contá pra sua mãe, não gosto de nada escondido não”. “Mas minha mãe vai dá uma bronca em mim e em você também”. “Não tem problema, mas que eu vou contá pa ela eu vou”. Quando eu voltei, na outra semana eu falei com ela tudo que aconteceu, desde o dia que a gente chegou do som e ela voltou lá no meu barraco e ela foi confirmano. Falei com a mãe dela que ela não era moça mais mas que eu era homem pra assumi, que enquanto desse eu ia assumi. A minha idéia era casar, mas como ela tinha me forçado a isso, nem casar mais eu queria. Eu ia assumi ela. Se ela tivesse grávida eu também ia assumi. Depois ela começou a passar mais. Levei ela no médico e ela tava grávida. Eu fiquei muito feliz. A gente ficou uma vez só! (risos). O negocio aconteceu à força, mas o importante é que ia vim um filho meu aí e ia ser chique. Aluguei um outro barraco no

Nova Cintra, procurei meu patrão, conversei com ele e disse que eu não tinha nada, só um fogãozinho de duas boca e uma cama de solteiro. Perguntei o que ele podia fazê por mim. Ele era um cara muito legal, muito compreensivo e falou que ia me ajudar. Me deu botijão, forro de cama, um mucado de coisa lá e eu mudei. Mudei de bairro por causa dos amigo e também por causa da mãe dela que também não tava muito boa comigo e nem com a filha dela. Mesmo eu explicano a situação, mas ela não queria percebê a culpa da filha dela. Mesmo assim ela ficou com raiva de mim e eu resolvi mudá dali.

No dia que a minha filha nasceu eu tava chegano de viagem. Eu tava em Congonhas, tinha até passado meu aniversário lá. Eu pensei: “quando eu chegá de viagem e a Lúcia vai me dá um abraço de aniversário, que eu fiz ontem”, mas eu cheguei minha filha tinha nascido. Cheguei no hospital desesperado. Fui pro Odete, fui entrando gritando: “minha filha nasceu, tenho de vê ela, vê se ela parece comigo”. A dona teve que chamar o segurança, me explicou que não era assim não, tinha que dar meu nome, o da esposa. Quando vi minha filha, que delícia. Abracei ela. Mas era uma criança pegando outra criança, mas eu era um cara maduro. Levei minha filha pra casa e foi só alegria. Levei as duas pra casa e tava tratando elas feito rainha. Levava minha filha em casa de tudo quanto é parente, fazia a maió propaganda da minha filha.

Com o passar do tempo as coisas vão mudano né? Se a gente não for muito cabeça, as coisa vão mudano, coisa que era pra ser pequena, fica grande. Ela também era muito nova, nós começamo a brigá. Eu sei que eu vivi com ela até que a minha filha fez três anos e seis meses. Depois teve um tempo que eu fiquei desempregado. Sai do boné porque o cara quebrou. Ele disse que não queria, mas tinha que dispensar a gente. Fiquei em casa. Já távamo morano no lote da mãe dela, no Nova Suíça. A gente construiu lá, saimo do aluguel. Nossa vida já tava bem melhor. Mas aí ela cismô que eu é que não queria trabalhá, que eu não queria procurá serviço, que só ela tava trabalhano. Mas olha, eu vinha pra cidade, procurá serviço, mas não tava encontrano nada. Voltava pra casa e ela falava que eu tava ino pra cidade batê perna. Eu explicava pra ela, mas um dia ela falô que eu saino pra ir procurá serviço, podia saí e ficá. Como eu sou um cara de opinião, eu vim e fiquei mesmo. Depois eu voltei pra explicá pra ela que eu gostava muito dela, da minha filha também, mas se era porque ela tava trabalhano que ela achou

que podia pisá em mim, ela tava enganada. Ela disse que eu podia vim e ficá na cidade. Eu também não procurei a casa da minha mãe, nem de parente.

Nessa época eu tava com 18 anos. Vim pra cidade, comecei a catá papel e tô até hoje. Hoje eu tô com 40. Foi assim que a gente começou a vi pra essa área aqui, onde é a ASMARE. Vim pra cá em 85. Depois veio a Pastoral de Rua e teve a idéia de fundá a associação. Algumas pessoas não acreditaro, foro embora, eu acreditei.

Quando eu vim pra cidade, eu sempre fui muito conhecido. Quando eu cheguei embaixo do viaduto Castelo Branco eu encontrei o “Fumaça”, colega meu das antigas. Perguntei o que ele tava fazeno e ele disse que tava catano papel. Eu contei que tinha separado da mulhé e tava desempregado e ele disse pra eu catá papel. Eu disse que isso não dava porque eu não sabia, mas ele falô que me ensinava.

Eu já tomava umas cachaça essa época. Por desespero, cabeça quente. Separado da mulhé e tê que deixá filha pra lá. Comecei a beber. Todo mundo embaixo do viaduto bebia e então eu entrei na roda também. Antes eu não bebia assim, o dia que eu sai de casa, comecei a beber. Nesse dia, eles tavam fazendo um pé de galinha e me chamaro pra tomar uma. Como diz no AA: “evite o primeiro gole”. Eu tomei um e tomei todos. No outro dia eu tava numa ressaca danada e ele me disse: “é só você tomá outra que rebate, que você melhora”. Só que eu tomei outra e mais outra e mais outra e todo dia. Ali não precisava trabalhá pra comê. Pode parecê estranho isso que eu vô falá, mas a vida de quem mora na rua é tranqüila em muitas coisa. A rua oferece muita mordomia pra quem tá na rua e por isso que muitas pessoa não saem da rua. Quem não mora na rua tem preocupação que eles lá não têm. Pra você tê uma idéia, se uma pessoa que mora na rua resolvê que não vai trabalhá, tudo bem. Na rua tem sopa todos os días, têm roupa, têm coberta. A rua, pra quem não gosta mesmo de trabalhar, é um bom prato. Ou as pessoas passam nas rua entregano ou eles sabem aonde ir pra conseguir, porque as pessoas doam. E tem entrega de roupa, cobertor, tudo que você imaginá. Eu não sou contra dar não. Tem gente que só vai tê cobertor se um dia alguém doá mesmo. Mas essa doação tinha que vim acompanhado de uma boa conversa. Senão, sabe o que acontece? No ano seguinte, quando aquela pessoa não tivé mais cobertô, ela vai ficar esperano a doação tra vez. Te falo isso porque eu já fui moradô de rua e sei. Já fiquei

embaixo de viaduto e participei dessas coisa toda. Doação é importante, mas se for só isso, não tira uma pessoa dessa da situação. Não é que eu não gostava de trabalhá, só que eu tava naquele embalo de bebida, então não tava preocupado. Um dia que eu dei uma acordada pra vida, parei pra pensá: minha vida não é essa. Eu pra mim, tava todo sujo e pensei, “não sou assim, o que ta aconteceno comigo? Eu tenho que trabalhá”.

Aí, eu sai pra catá. Ia trabalhar. Mas olha só o que fiz. Catei o dia quase todo. Peguei muita coisa mesmo e depois levei pro Fumaça ver, porque a gente ia vender num depósito. Mas quando ele viu.... eu tinha pegado lixo, lixo mesmo. Peguei tudo quanto foi lixo que eu vi na minha frente. Aquilo não servia de nada. Aí que ele foi me explicar que tinha que separar, me falou o que servia e o que não servia. Mas foi um dia de serviço jogado fora, mas eu aprendia. Mas também, a gente fala que trabalhava, mas era bem assim: trabalhava até tê dinheiro pra comprá bebida e um tira gosto. Nem era comida mesmo não. Depois que o dinheiro desse pra isso, já encerrava o dia de serviço e ia só beber. Minha vida foi assim um tempo: muita bebida e pouco trabalho. Hoje não bebo assim. Eu achava que a minha vida ia terminá assim, na bebida. A gente bebia por causa da tristeza. A gente tava constantemente embriagado. A gente vivia em função da doação: sopa, agasalho, leite com pãozinho. Claro que bebo alguma coisa, socialmente, mas pra não beber eu saio fora mesmo. Quando termino de pegar meu papel e deixá o carrinho aqui, eu vou pra casa. Tem gente que chama né, pra passá ali e tomá uma, mas eu prefiro ir pra casa. Senão é só a gente começá. E também aqui na ASMARE tem as regras. A gente não pode ter vício. Pelo menos aqui dentro não. Se alguém chegá aqui co bebida ou droga, perde o dia de trabalho porque nem pode entrar. E eu acho melhor nem mexê com isso. Eu tenho filha pra criá. Hoje minha filha mais velha mora com a mãe mas eu tenho mais uma com a pessoa que eu tô agora. A minha alegria é chegá em casa e vê ela, vê que ela tem as coisa direitinho, vê que ela pode abri a geladeira e tem o iogurte dela, tem fruta, tem as coisa que ela gosta.

Mas teve um dia, eu me lembro que foi um dia muito difícil pra todo mundo. A gente tava ali embaixo do viaduto, já era madrugada. Foi uma operação limpeza, feita pelos fiscal da prefeitura, auxiliado pela polícia. Eles chegaro de madrugada lá e encontraro todo mundo durmino. E eles não separavam quem era trabalhado e quem era marginal ou ladrão não. Brigaro com todo mundo, batero, derrubaro os barracos, pegaro

documento, espalharo os papéis e o material que muita gente tinha recolhido. Foi muito triste. O fiscal ia com caminhão pegano nossa mercadoria. E a polícia ia armada. Ninguém podia reagi, tinha que ver, semanas de trabalho sendo jogada fora, ino pro aterro. Depois disso a gente resolveu mudar. Precisava, né? Mas agora eu penso: parece que às vezes até o trabalho fica difícil. Muita gente ali com filho pra criar, tinha muita família. Mas porque cê tá na rua, ta catando lixo, você não vale nada? Eu percebo que pelo menos em mim muita coisa mudou, viu? Pra você tê uma idéia, otro dia eu fui com minha filha no supermercado. Era um sábado. Fui comprá uma coisinha pra ela e carne pro almoço. Quando eu entrei eu vi que o segurança ficou de olho em mim. Andei com ela de um lado pro outro e ele de olho em mim. Eu tava com ela naquela parte de iogurte, dentro do supermercado mesmo e ele já tava lá dentro. Ai eu não dei conta. Fui lá perguntá pra ele o que era. Falei com ele mesmo que o que eu ia comprar ali era com o suor do meu trabalho. Abri a carteira e mostrei o dinheiro pra ele. Só porque eu sou negro? Ou porque eu não tava lá tão bem vestido? Não pode sê assim não. A gente respeita pessoas. Hoje eu sei que eu sou um cidadão. Eu tenho direito de entrá no supermercado com minha filha, fazê compra, pagá e sair com dignidade. Não aceito mais essa discriminação. Se fosse antes eu saia de lá de cabeça baixa, só pra ele não pensá nada a meu respeito, mas hoje não faço isso não. Tem que respeitar. Eu cato papel mesmo, pego meu carrinho e vou pela rua, mas eu ganho aqui o que muita gente num mês de trabalho suado não ganha em outro lugar. O meu é suado também, mas só porque é com lixo não vale? Não tem disso não. Mas isso eu aprendi aqui na ASMARE. Antes não era assim. Eu sei que a hora que eu fui pagar, eu até resolvi pagar com o cartão viu? Pra eles vê que além do dinheiro na mão eu tinha o cartão do banco também. Ele veio pedindo desculpa e eu não aceitei. Falei pra chamá o gerente, falei com ele e depois eu nem comprei nada. Fui comprá em outro lugar, deixei as coisas ali. Mas sai de cabeça pra cima.

Mas foi isso que a gente teve que fazê. Sair do viaduto. Pra separá mesmo quem queria e quem não queria trabalhá. E a gente foi pra um espaço que não era de ninguém e se era também a gente nem queria sabê. Nós queria trabalhar. Na rua tava difícil, ficá na rua tava difícil. A gente veio pra esse lugar mesmo que hoje é da ASMARE. Mas aqui não tinha nada. Fizemo nossa barraca aqui e ficamos. Não tinha nada aqui a não ser

muita sujeira e rato. Demos o nome de maloca. Mas também era uma confusão. A gente bebia muito ainda, não tomava banho, ficava no meio de muito rato, muita barata, tinha pouca comida, dormia todo mundo junto, ninguém sabia o que era organização. E a gente nem conhecia bem a diferença entre material reciclável e lixo orgânico e trazia tudo. Aqui é que ia separar. Cê imagina como isso aqui ficava, com tanto lixo sendo separado. Não era vida não.

Te falano essas coisas eu paro pra pensá. Eu não sei te explicá como isso foi acontecer: do nada, eu consegui casa, esposa e filha. E em um dia, eu perdi tudo. Fiquei mesmo na rua. Alguns dias depois, foi a minha mãe. Tanta luta, tanta batalha e tava lá, nós dois, embaixo do viaduto. Depois na maloca, que era esse espaço de ninguém pra onde nós fomo. Impressionante isso. Porque depois veio a minha mãe. Ela tinha vindo me visitá. Quando chegô lá no viaduto ela conheceu um cara lá e olha só: ela largô tudo e veio pra rua também. Depois veio pra maloca comigo, porque ela tamêm catava.

Um dia, era mais ou menos 1987, chegou a Pastoral de Rua. A pastoral tava crescendo e tinha como objetivo ajudar o povo de rua. A chefe da pastoral, a Cristina, disse que tava passando ali na Contorno, viu a situação daquelas pessoas ali, nós mesmo, e ficou sensibilizada. Começou a pensar o que podia faz pra ajudar. Ela foi se aproximando de nós vendendo picolé. E assim ela foi tentando fazê amizade. Mas tinha que sê assim mesmo porque senão a gente não aceitava. A gente ficava cismado, achando que podia ser alguém querendo tirá nós dali. Mas ela foi chegando e com o tempo foi vendo como a gente vivia. E a primeira coisa que ela perguntô pra nós foi o que a gente queria. Acho que todo mundo disse que era lugar pra morá. Então começou tudo. A primeira coisa a ser tentada foi moradia. A Pastoral ganhô material pra quem já tinha lugar de construí. Eu consegui um lote doado por um vereador em época de eleição, mas tava lá parado porque não tinha condição de dinheiro pra fazê nada. Quando a vereadora foi dá os lotes, a única exigência era que tivesse todos os documentos de identificação e eu tinha. E outros tinham lote também. A Cristina primeiro foi ver quem queria mesmo começá isso junto e quem não queria. Porque tinha gente já sem esperança na vida. Queria voltá pra cidade de origem e não podia porque não tinha nem dinheiro de passagem. E teve gente que quis ir embora, não quiseram esperar pra vê se o trabalho da pastoral com a gente ia dá certo. Mas pra quem ficou,

tinha até vale transporte pra podê voltá pra casa, sem ter que dormi na rua, depois que o pessoal construiu.

A gente reunia segunda, quarta e sexta-feira. Pra discutí uma porção de coisa: sobre direitos, cidadania, sobre as dificuldades da vida, sobre o valor trabalho, sobre o lixo, sobre o que a gente ia fazer dali pra frente. Isso era o mais importante. Tinha tudo pra fazer. Conseguir o lugar pra ficá. Aquele lote que a gente tava, a maloca, era da prefeitura. Foi um trabalho consegui com o prefeito. Um dia a gente foi pro gabinete dele e não saiu enquanto ele não recebeu a gente. Foram muitas manifestação, passeatas, gente na rua gritando. Foi um movimento grande pra gente ser reconhecido na cidade. E foi em grupo mesmo que a gente pensou em trabalhá com o que a gente já vinha fazendo, mas precisava aprendê sobre catá lixo, sobre material orgânico, sobre separação, sobre reciclagem. E isso a gente foi se organizando pra aprender. A gente conseguiu até que mudasse a Lei Orgânica do Município que hoje fala que a coleta e a comercialização do material reciclável deve ser feita de preferência por cooperativas. Eu sei que em 93 a prefeitura já tinha os catadores como parceiros na coleta seletiva, que a SLU fazia. Mas hoje ta isso ai que você ta vendo. Vem na terça que vem pra você ver o que vai acontecer. Porque a prefeitura cismou que agora a gente não vai tê mais o direito de catá o lixo, que a preferência vai sê dela. Sabe porque? Ela já percebeu que o negócio dá dinheiro. Aqui ele é todo dividido. Até o lucro a gente divide e o lixo da cidade fica dividido também. Mas imagina se ela fica com tudo. Ela qué ela mesma vendê direto pro pessoal que compra da gente. Não sei se você volta, se vai precisá você vim mais, mas vem ai pra você vê. Estamos organizano isso tudo aqui entre nós. Vamos fechá o trânsito aqui na Contorno, deixano só uma pista pra ambulância. Ninguém nem vai voltar pra casa. Vamo ficá trabalhano e às 4 da manha vamo colocá todos os carrinho na rua. Eu já sei no que vai dar. Vai vim até batalhão de choque, porque é assim que eles fazem quando a manifestação fica grande. Mas é isso mesmo que a gente qué, pra vim também rádio e televisão.

Hoje eu acho que tudo valeu a pena. Mas não sei se eu quero isso pra minha família não. Aprendi muita coisa na rua, só não aprendi a roubá e usá droga. Era só a bebida. Mas tem toda diferença na minha vida tá aqui na ASMARE. Dá pra dividir antes e depois daqui. E acho que pra todo mundo aqui é assim. A vida ganhô outro

sentido, ou pelo menos ganhô um sentido. Eu enxergo a vida diferente. Hoje eu quero mesmo é trabalhá muito, como já faço né? Mas se precisé gritá eu vou gritá, ficá na rua manifestano eu vou ficá. Nada vem fácil. A gente é prova disso. Se a prefeitura insistí com isso ai, a gente vai continuá brigando. Hoje eu sei que trabalho é direito. O que ela vai colocá no lugar? O que ela vai fazê com o tanto de família que depende do trabalho daqui? Tem gente aqui que cria filho, neto, irmão com o que cata aqui. Nós não vamo perder isso assim de graça não. Já foi o tempo que a gente se conformava com pouco. Pouco dinheiro, pouco trabalho, pouco tudo. Hoje não é assim. Eu tenho consciência. Mudei. Minha vontade agora, daqui pra frente, é de fazer alguma coisa é pra acabá com esse preconceito, igual teve no supermercado, que eu te falei. Alguma coisa precisa sê feita. E eu tenho pensado muito sobre isso.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS E TRABALHO DE CAMPO.

3.1 - Discussão metodológica

Objetivou-se, neste trabalho, refletir sobre a possibilidade de mudança no exercício da cidadania nos modos de subjetivação, isto é, a partir de uma outra maneira dos indivíduos verem, pensarem e sentirem o mundo diferentemente de um modo assujeitado, tutelado e assistido. O exercício da cidadania, como entendido neste trabalho, é aquele que rompe com os limites já impostos ao pensamento, aos sentimentos, às formas de sociabilidade e à convivência humana (ORTEGA, 1998). Dessa forma, buscarei responder as questões que norteiam todo o trabalho, a saber: existe ou não a possibilidade de criação de um modo de vida que não esteja fundado na coerção social, mas sim voltado para a produção de uma existência, onde cada indivíduo ou grupo seja criador de sua própria história? Como isso se dá? O que faz com que essas mudanças aconteçam?

Conforme será visto no próximo item, a Associação dos Catadores de Papel de Material Reciclável (ASMARE), pela sua trajetória de surgimento, expansão e modificação de alguns panoramas na cidade de Belo Horizonte, pareceu ser um bom exemplo do movimento de algumas pessoas, e talvez do grupo, em direção ao rompimento com uma realidade pessoal e social um tanto imposta e um tanto escolhida. Até o momento que precedeu a criação da ASMARE, em 1991, foi possível perceber indivíduos que se posicionavam dentro de um discurso que circula na sociedade, onde quem “nasce pobre morre pobre”; “pra nós não tem jeito mais não”; “ninguém faz nada pela gente”. Como será discutido no capítulo 3, esse tipo de discurso se faz presente em indivíduos que se encontram assujeitados, dentro de limites socialmente impostos, sem perceberem possibilidades de mudar o rumo de suas vidas. A criação da Associação já

demonstra que a possibilidade de mudanças se fez realidade para alguns indivíduos. A percepção do movimento de mudança desses discursos e desses indivíduos, é de interesse deste trabalho. Até hoje, essa possibilidade de mudança se apresenta para muitos dos catadores integrantes da ASMARE. Não sei se é válido dizer que o movimento é do grupo. Foi notório no desenrolar da pesquisa perceber que alguns indivíduos se posicionam em muitos momentos como transformadores, criadores e responsáveis pelo rumo de suas vidas, mas foi percebido também que alguns deles encontraram na Associação um novo espaço de tutela e continuam esperando que alguém faça ou que venha de algum lugar a solução para a modificação de suas vidas. No desenvolvimento deste trabalho, sem que uma possibilidade de resposta tenha sido incorporada como novo objetivo, surgiram perguntas inevitáveis: a mudança no modo de se posicionar frente a uma realidade parte do indivíduo, de uma comunhão inevitável (imaneente) entre indivíduo e sociedade ou parte de oportunidade que a sociedade apresenta para o indivíduo? As respostas podem ser várias e precisam ser cuidadosamente investigadas. Com o desenrolar desta pesquisa, foi possível perceber o movimento de mudança de um modo de exercício de cidadania para outro, assim como uma mudança de posição de uma subjetividade assujeitada para um processo de singularização. Didaticamente, mudanças no exercício da cidadania e nos modos de subjetivação podem ser pensadas separadamente, mas na prática são aspectos que se encontram imanentes, ou seja, sem a possibilidade de serem separados. Mas permanece a questão sobre o que deflagra essas mudanças e isto poderá ser mais trabalhado futuramente, onde pretendo buscar novas luzes sobre a questão.

Objetivando a percepção da modificação no exercício da cidadania, a investigação qualitativa foi fundamental. Ela possibilita o entendimento e a explicação de uma realidade que não pode ser quantificada, uma vez que investiga “*significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis*”. (MINAYO, 1999, p. 21)

Para viabilizar tal investigação, inicialmente uma metodologia foi pensada: o estudo de caso, que foi escolhido antes mesmo de iniciado o trabalho de campo. Isso se deveu ao fato de que o mesmo visa a compreensão mais profunda de um grupo específico de pessoas, determinado problema ou situação característica, possibilitando

que sejam feitas generalizações “*a partir de declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais*” em questão. (BECKER, 1999, p.118). Ainda segundo o mesmo autor, o estudo de caso visa uma compreensão mais abrangente do grupo em estudo. Ainda assim, sabendo da visão abrangente que esse estudo auxilia o pesquisador a obter, é utópico objetivar a descoberta e descrição prática e teórica de tudo. “*Os investigadores tipicamente terminam se concentrando nuns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado – problema que se liga a muitos aspectos da vida e da estrutura do grupo*” (BECKER, 1999, p. 119).

A ASMARE com sua história, tornou-se exemplo da possibilidade de exercício da cidadania emancipada e de novos modos de subjetivação. Processos que se verificam em qualquer lugar, com grupos de pessoas ou individualmente. A escolha da ASMARE se deu pelo fato de que o movimento deste grupo foi e tem sido algo bem visível em Belo Horizonte, facilitando dessa forma a visualização e o entendimento da associação entre construção de cidadania e processo de subjetivação.

Embora esta pesquisa tenha como ponto de partida a ASMARE, é pretensão deste trabalho a generalização da hipótese de que mudanças nos novos modos de subjetivação e no exercício da cidadania são processos concomitantes, imanentes e que marcam modificações nas maneiras de ver, sentir e pensar o mundo para qualquer indivíduo e para qualquer grupo. Não é possível pensar em mudanças no exercício da cidadania, sem pensar que a ação de um indivíduo construindo cidadania também produz novos modos de subjetivação. A resposta para a pergunta: o que faz com que um indivíduo se posicione de determinada maneira, no que diz respeito à cidadania, não é possível se desvinculada de uma resposta para a pergunta: como este indivíduo se posiciona em termos de processo de subjetivação?

Com o início do trabalho de campo, a proposta metodológica de trabalho foi alterada. Por sugestão de um entrevistado, a história de vida se apresentou como modelo para um caminho a ser seguido na pesquisa. Ainda assim, não ficamos tão distante da proposta inicial, pois, a história de vida é um componente de realização do estudo de caso, é uma forma de tratar estudos de casos individuais.

Essa mudança metodológica ao longo do trabalho é pensada por alguns autores, quando há uma aposta de que “*o caminhante sabe a direção que quer tomar, conhece os mapas, os obstáculos, a direção dos ventos, ouviu falar de certos atalhos que pode usar*

alternativamente, mas é fundamentalmente no caminho que, obviamente, faz a sua própria trajetória” (DIÓGENES, 1998, p. 61). Segundo Becker (1994), isso faz pensar num modelo artesanal de ciência, onde o próprio trabalhador produz as teorias e os métodos que precisa para que o trabalho seja realizado. Thiollent (1980) chama esse processo de “retardamento da categorização”, pois, as categorias a serem utilizadas são construídas dentro de um processo de maturação e solidificação do trabalho, a partir do que se apresenta como necessário no campo de investigação. Ainda Foucault (2003), sobre a mesma questão metodológica, diz que a pesquisa não tem no método um *a priori* da investigação, ou seja, o método é construído, moldado no percurso da pesquisa, ou seja, “*o método não possui privilégios. É submetido ao processo de problematização*” (FERREIRA NETO, 2004a, p. 58), o que traz a idéia de uma implicação do sujeito pesquisador, uma vez que este é que constrói, junto com o trabalho em curso, o caminho que está sendo percorrido.

Adotando estas perspectivas acima citadas é que surgiu a possibilidade de trabalhar inspirada no método da história de vida. Em um dos momentos de realização de entrevistas, o entrevistado abre essa possibilidade: “*se você quer saber sobre a história da ASMARE, eu vou te contar a minha vida*”. Muitos outros dados foram coletados e investigados além da história de vida, dados estes que foram considerados muito relevantes para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. A utilização das técnicas para coleta de outros dados serão explicadas posteriormente.

A história de vida permite compreender a vivência de um sujeito, como ele a entende e se posiciona no mundo. Permite também que se faça uma passagem para a história coletiva, ou seja, limita-se a alguns casos, mas o estudo dos mesmos “*fornece resultados aplicáveis, tanto quanto possível, a outros casos*” (CARRETEIRO, 2003, p. 284). No caso em questão, a história de vida do catador faz também apelo à história do grupo ASMARE. O contrário também é válido, a “*história de um grupo social faz apelo à história de um indivíduo ou de indivíduos em suas singularidades*” (CARRETEIRO, 2003, p. 284).

Na história de vida, a compreensão do conhecimento é realizada a dois, de modo dialético, trazendo efeitos para quem conta e para quem escuta. Trata-se de “*uma dialética dos saberes, onde o indivíduo circula e se desenha no interior do dado*” (CAMPOS, 2004, p. 39). Para que esta dialética dos saberes seja possível, Barros (2001)

ressalta a importância do estabelecimento da confiança entre pesquisador e pesquisado, pois o sujeito que conta sua história, nos momentos que o faz, expressa sentimentos, emoções, revê suas ações, suas posições, seu aprendizado, coloca para si novas questões e reconstrói o sentido de sua vida, ou ainda, re-significa sua história. O pesquisador, por sua vez, não fica imune a estes movimentos de quem conta a história. “*O pesquisador é sujeito assim como o entrevistado, “sofre” com ele todas as indagações e mudanças*” (CAMPOS, 2004, p. 38) e ainda, de alguma forma, pode se questionar acerca de valores que se vêem confrontados com outros expostos pelo sujeito pesquisado. Isto aponta que este contato para relato da história de vida, foi também produtor de um processo de subjetivação. No decorrer da realização dessa pesquisa, houve importantes espaços para estas trocas. Maurício fez a seguinte reflexão sobre a situação dos moradores de rua:

Pode parecê estranho isso que eu vô falá, mas a vida de quem mora na rua é tranqüila em muitas coisa. A rua oferece muita morderia pra quem tá na rua e por isso que muitas pessoa não saem da rua. Quem não mora na rua tem preocupação que eles lá não têm. Pra você tê uma idéia, se uma pessoa que mora na rua resolvê que não vai trabalhá, tudo bem. Na rua tem sopa todos os dias, têm roupa, têm coberta. A rua, pra quem não gosta mesmo de trabalhar, é um bom prato. Ou as pessoas passam nas rua entregano ou eles sabem aonde ir pra conseguir, porque as pessoas doam. E tem entrega de roupa, cobertor, tudo que você imaginá. Eu não sou contra dar não. Tem gente que só vai tê cobertor se um dia alguém doá mesmo. Mas essa doação tinha que vim acompanhada de uma boa conversa. Senão, sabe o que acontece? No ano seguinte, quando aquela pessoa não tivé mais cobertô, ela vai ficar esperano a doação tra vez. Te falo isso porque eu já fui moradô de rua e sei. Já fiquei embaixo de viaduto e participei dessas coisa toda. Doação é importante, mas se for só isso, não tira uma pessoa dessa da situação.

Maurício teve um longo percurso de vida nas ruas, antes de se encontrar com os fundadores da ASMARE e juntos se organizarem para a criação da associação. Escutando o ponto de vista de quem já esteve lá, essa reflexão não é sem conseqüências para quem desconhece a realidade dos moradores. Foi inevitável que este momento tenha sido provocador de reflexões e mudanças de concepções sobre esses fatos que cercam o cotidiano da vida dos moradores de rua de Belo Horizonte. Até este momento, eu acreditava na situação de dependência na qual muitos se colocam, para poderem ter acesso à alimentação, roupa, cobertores, dinheiro, enfim, coisas consideradas de primeira necessidade na vida de um ser humano. O relato de Maurício aponta que a necessidade existe, mas muitos indivíduos passaram a se submeter a essa necessidade

como se ela mesma fosse um impedimento para movimentos de transformação da situação de miséria em que se encontram. A partir das necessidades, tentam construir um imaginário social no qual se apóiam para preservar sua condição de miserável, necessitado e assujeitado à formatação social existente. A partir deste relato foi inevitável uma mudança no meu modo de perceber e pensar a situação dos moradores de rua. Necessidade pode se tornar sinônimo de paralisação, dependência ou assujeitamento, mas pode também ser sinônimo de transformação e movimento em favor da vida.

A história de vida acontece a partir do relacionamento direto entre o pesquisador e o pesquisado: é uma relação que se dá face a face. “*O relato advindo do relacionamento é primordial e está acima dos fatos*” (CAMPOS, 2004, p. 44), ou seja, trata-se de uma narrativa que possibilita uma reconstrução própria que passa pela singularidade de quem viveu concretamente a história contada. Assim, a singularidade da mesma está concentrada naquele que conta e não no pesquisador.

O relato da história de vida acontece em forma de entrevista, mas sem a utilização de perguntas ou questionários. Trata-se de uma entrevista não estruturada, onde é explicado ao entrevistando qual o objetivo do trabalho, “*e deixamos que ele se conte. Não fazemos perguntas, nem o questionamos, somente acompanhamos sua história, tal como ele a refez*” (CAMPOS, 2004, p. 47). Há uma tentativa de abranger a totalidade da vida em seus diferentes registros, bem como em sua duração, mas posteriormente, a história produzida pelo relato é limitada ou recortada, visando o desenvolvimento dos objetivos propostos pelo trabalho de pesquisa.

Numa metodologia de base qualitativa, como a proposta por este trabalho, o número de sujeitos que virão compor o quadro de entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*. Tudo vai depender da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações coletadas. Mas neste trabalho, a própria história da ASMARE já delimitou o universo de sujeitos a serem entrevistados. Além disso, esse tipo de pesquisa não é focado na amostragem. Ao procurar a ASMARE para início do trabalho de campo, fui informada de que dez pessoas poderiam me fornecer, de modo mais completo possível, informações sobre o grupo. Essas dez pessoas fizeram parte de um grande número de muitas outras moradoras de rua, mas que trabalhavam na coleta de material reciclável.

Dividiam o mesmo espaço de moradia (a rua) com ladrões, prostitutas, crianças abandonadas, pequenos traficantes, etc. Hoje, essas dez pessoas, são consideradas pela ASMARE como fundadoras do grupo, juntamente com a Pastoral de Rua, iniciante do processo de aproximação deste grupo com o objetivo de fazer algo de melhor para suas vidas.

Maurício é hoje, dentro da ASMARE responsável pelo acolhimento de visitantes (individuais ou em grupos) que tenham o objetivo de conhecer o trabalho realizado pelos catadores. O primeiro contato com o grupo se deu por telefone, na tentativa de marcar uma visita. Obviamente, pela sua função, Maurício me indicou dia e hora para conhecer a ASMARE e conversar. Os contatos com ele sempre foram muito facilitados pela sua boa vontade e disponibilidade de horário dentro do quadro de trabalho que um catador filiado deve cumprir. As duas primeiras entrevistas ficaram enquadradas no horário reservado para os visitantes (todas as terças, pela manhã). A partir da terceira entrevista, Maurício sugeriu que eu fosse com mais tempo e que eu não ficasse presa a um dia específico. Poderia apenas ligar horas antes, confirmando sua presença na ASMARE definindo um horário para minha chegada. O limite de tempo era seu compromisso de pegar o carrinho as 17 horas e catar o “lixo” destinado a ele, em determinado espaço da cidade. Em momento posterior, Maurício me disse que gostava muito de nossas conversas e que, por isso, gostaria que elas acontecessem com mais frequência.

Mas Maurício era apenas uma dentre as dez pessoas indicadas. Além dele, tentei contato com os outros nove catadores-fundadores, mas foi possível falar apenas com três, num espaço de sete meses. Dos seis restantes, um estava em constantes viagens, para realização de promoção do trabalho de coleta seletiva em outras cidades de Minas. Com os outros tentei marcar algumas vezes, mas eles faltavam ao horário combinado ou estavam envolvidos com trabalhos administrativos, além do horário da coleta nas ruas e diziam não poder ceder seu tempo, fato este bastante compreensível, tendo em vista que um catador ganha por tempo de trabalho e material coletado. Uma das entrevistadas ofereceu seu horário de almoço para nossas conversas, pois o tempo do trabalho ela não poderia disponibilizar.

Paralelo à tentativa de contato com os outros 9 fundadores, os encontros com Maurício foram acontecendo. O que seria inicialmente um trabalho de entrevistas semi-

estruturadas, tornou-se, por sugestão dele mesmo, um relato de sua história de vida. Maurício não separou, nesse momento, sua vida pessoal da história da ASMARE. Para ele, compreender uma implicaria em compreender a outra. Mas na prática, até o ponto de encontro entre as duas, ele traçou sua vida numa linha temporal, para dar seqüência a cada encontro, no ponto em que havia parado no encontro anterior. Apesar disso, no decorrer de cada entrevista, ele não se detinha em datas ou acontecimentos específicos. Sua narrativa seguiu por caminhos indicados por suas reflexões. Maurício não ficava apenas repetindo fatos e acontecimentos. Era possível perceber que ele reelaborava algumas vivências nos momentos em que se questionava sobre suas escolhas, sobre o modo como levava a vida e as direções que foram tomadas. Fazia ligações com a presente data, sempre buscando compreender que momentos em sua vida podem ter sido determinantes para seu sucesso e fracassos atuais. Foi interessante perceber que alguns questionamentos pareciam estar sendo feitos pela primeira vez, o que causava nele incômodos e emoções.

Eu não sei te explicá como isso foi acontecer: do nada, eu consegui casa, esposa e filha. E em um dia, eu perdi tudo. Fiquei mesmo na rua. Alguns dias depois, foi a minha mãe. Tanta luta, tanta batalha e tava lá, nós dois, embaixo do viaduto. Depois na maloca, que era esse espaço de ninguém pra onde nós fomo. Impressionante isso.

Foi inevitável que, como ele não perdeu de seu foco que eu tinha interesse pela história da ASMARE, a cada dia Maurício se aproximava do ponto e do modo como sua vida foi se aproximando do surgimento do grupo. A seqüência temporal não é indicada e nem é fundamento para o trabalho com relatos de história de vida. “*Quando o sujeito não está engajado a contar livremente sua história, revelando seu “drama” particular, a coleta não desenvolve, o que pode acarretar em uma história premeditada e não reconstruída*”. (CAMPOS, 2004, p.53).

Quanto ao número de entrevistas, este não pode ser estabelecido no início do trabalho. Apenas uma não possibilita o relato de uma história de vida, mas também o fim das entrevistas não é conhecido. “*O pesquisador deve estar atento para o material narrado e a forma como ele está sendo colhido. O próprio relacionamento falará o fim das entrevistas, ou pelo menos, o fim da coleta de dados para a pesquisa*” (CAMPOS,

2004, p.53). Como Maurício preocupava-se em contar a relação de sua história com a história da ASMARE, o fim das entrevistas aconteceu no momento em que ele me disse ter falado tudo que podia para que eu entendesse o que ele e a ASMARE tinham de relação, mas ressaltando que ele continua nessa Associação até hoje e que, portanto, essa história ainda não tem um fim.

O contato com as outras três fundadoras foi breve, com a realização de entrevistas semi-estruturadas e observação do trabalho que realizavam enquanto conversavam. Com exceção de Maurício, as outras entrevistadas em momento algum deixaram o trabalho para conversar. Para elas, dentro das ASMARE, vale o famoso jargão: tempo é dinheiro.

Um ponto importante sobre a coleta de material da história de vida refere-se ao retorno dado aos entrevistados. Expliquei a Maurício a importância de ler junto com ele senão todas as entrevistas, pelo menos trechos. Resolvemos que a cada encontro retomariamos o material do encontro anterior e a cada nova entrevista lemos a transcrição da entrevista passada. A meu ver, isso facilitou para que Maurício acabasse por traçar uma linha temporal em seu discurso. Mas esta medida, sem que soubéssemos, acabou por possibilitar que o material fosse lido juntamente com ele, o que talvez não viesse a acontecer caso deixássemos para fazer isso ao final das entrevistas transcritas. Em 2005, a associação passou por algumas dificuldades referentes ao incêndio de um grande galpão de triagem de material e por dificuldades com a prefeitura, fatos que deixaram os associados muito ocupados com o funcionamento da ASMARE. Isso poderia acarretar uma falta de disponibilidade de tempo por parte de Maurício para estar comigo no trabalho de leitura conjunta das entrevistas.

O item seguinte pretende trazer a história da ASMARE dentro do que foi considerado relevante para o desenvolvimento deste trabalho. Muitos dados estão de fora e outros ainda não foram explorados. Existem várias possibilidades de abordar a história da associação, desde as relações entre os catadores, até aspectos políticos e econômicos que possam estar envolvidos no funcionamento da ASMARE. O que interessa a este trabalho, o foco na história da associação foi seu surgimento e as conseqüências do mesmo para a vida dos catadores, no que concerne à cidadania e às diferentes possibilidades de mudarem suas vidas após a formação do grupo.

3.2 – ASMARE

A ASMARE foi criada na cidade de Belo Horizonte, há 14 anos, com um pressuposto básico: a construção de uma determinada categoria de trabalhadores e a garantia do exercício de seu trabalho na cidade. Mas antes da criação da associação, houve um percurso histórico que precisa ser conhecido, para que seja possível compreender o surgimento de novos modos de subjetivação associados ao exercício de uma cidadania emancipatória. A história desta associação portou elementos de um processo de singularização¹ que contém aspectos de grande importância para entendermos como ocorre a presença indissociável de processos de subjetivação e construção de cidadania em alguns movimentos sociais.

Um importante ator social desse percurso foi a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte que era um grupo formado por duas Beneditinas (Cristina Bove e Fortunata) e cerca de 10 leigos. Estas irmãs faziam parte de um grupo de beneditinas que veio para Belo Horizonte, em 1987, tendo em sua bagagem a experiência de organização dos moradores de rua e da cooperativa de catadores – COOPAMARE, de São Paulo. Embora o foco inicial do trabalho da Pastoral fosse os moradores de rua de Belo Horizonte, as irmãs perceberam dentre esses moradores, alguns que exerciam uma atividade bem específica, a dos catadores de papel. Iniciaram, assim, um trabalho de reconhecimento e aproximação dessa população. A Pastoral abandonou o discurso assistencialista e começou a desenvolver uma intervenção que propiciasse o resgate da cidadania dessas pessoas. Tratava-se de um trabalho sócio-pedagógico que, através de um processo de diálogo, reconhecia a dimensão marginal a que o trabalho dos catadores estava sujeito e vislumbrava uma possibilidade de geração de trabalho e renda nesta atividade. Para realizar tal aproximação, a metodologia de trabalho utilizada pela Pastoral foi de aproximar-se da realidade dos catadores, e do seu modo de trabalhar e viver. “A *pastoral rompe com a prática tradicional da assistência, da doação de*

¹ Maneira de recusar os sistemas de valores já estabelecidos para construir novos modos de relação com o outro, de produção, de criatividade, buscando a criação de uma subjetividade singular.

comida e começa o seu trabalho de aproximação e de construção de relações de confiança mútua". (DIAS, 2002, p. 56)

Segundo Maurício, a Pastoral chegou em 1987 e tinha como objetivo ajudar o povo de rua. *"a Cristina, disse que tava passando ali na Contorno, viu a situação daquelas pessoas ali, nós mesmo, e ficou sensibilizada. Começou a pensar o que podia fazer pra ajudar. Ela foi se aproximando de nós vendendo picolé. E assim ela foi tentando fazer amizade"*. Com o tempo, sugeriu que fosse pensada uma forma de trabalho para todos, pensando numa forma de começar a garantir o direito de exercer o trabalho na cidade, realizado em condições dignas e discutia com os catadores a possibilidade de não continuarem morando na rua. *"A gente ficava cismado, achando que podia ser alguém querendo tirar nós dali. Mas ela foi chegando e com o tempo foi vindo como a gente vivia"*. O primeiro passo efetivo da Pastoral foi perguntar o que queriam: um lugar pra morar - foi a resposta da maioria.

As primeiras pessoas que foram abordadas pela Pastoral de Rua, na Avenida do Contorno, atual sede da ASMARE, eram egressos do Viaduto Castelo Branco. Saíram de lá, pois embaixo do viaduto estavam reunidas pessoas que queriam trabalhar e não tinham onde morar, usuários de drogas, ladrões e menores. A mudança de local foi uma forma encontrada para provocar uma separação entre os considerados "trabalhadores" e os "marginais". Foram pra um espaço que não era de ninguém e não queriam saber de quem era. *"Não tinha nada aqui a não ser muita sujeira e rato. Demos o nome de maloca"* (Maurício). Todos queriam trabalhar; a dificuldade em permanecerem no Viaduto foi acentuada depois de uma 'operação-limpeza' realizada por fiscais da Prefeitura, auxiliados pela polícia. A polícia e os fiscais chegaram de madrugada encontrando todos dormindo e, sem definir quem, no local, era trabalhador da coleta seletiva e quem estava ali com outras finalidades, brigaram com todos. Derrubaram barracos e espalharam papéis e outros materiais coletados. *"O fiscal ia com caminhão pegando nossa mercadoria. E a polícia ia armada. Ninguém podia reagir, tinha que ver, semanas de trabalho sendo jogada fora, indo pro aterro, além de documentos e cobertores que foram perdidos"* (Maurício). Esta operação limpeza, considerada a pior na história dos catadores, ocorreu em 1988, mas foi apenas uma de uma série. A equipe da Pastoral de Rua, através de abordagens em vários locais onde se encontravam os

catadores, juntamente com estes, escreveu uma “CARTA ABERTA À CIDADE DE BELO HORIZONTE” (1988), cujo conteúdo está transcrito na íntegra abaixo. Esta carta foi distribuída na cidade, com a intenção de mobilizar toda a sociedade.

Nós, os catadores de papel de Belo Horizonte, sofremos muito. A prefeitura fez de nós um lixo, jogando a gente para o esgoto. Nós, catadores de papel temos família e filhos pra cuidar. Hoje vivemos do papel. Se não fosse por nós, a prefeitura não conseguiria limpar a cidade. A prefeitura chegou no dia 22 de agosto com a PM e a defesa civil as quatro horas da manha jogando os barracos para o chão com as coisas e todos nós dentro. A gente não teve nem tempo de tirar as coisas. Perdemos tudo que tínhamos: cobertores, vasilhas, documentos, dinheiro, mantimentos, roupas, calçados. Perdemos também o papel, a sucata, alumínio, cobre, ferro que tínhamos pra vender. Nossos barracos estava na avenida Contorno à beira do Rio Arrudas, por trás da rodoviária, e lá ficamos sem nada e sem ter pra onde ir. Por que a prefeitura judia de nós, catadores de papel? Vocês têm família, são seres humanos que nem nós. Gostariam de levar a vida que nós levamos, vivendo debaixo dos viadutos, das marquises, correndo da polícia? Por que tiraram a gente que estávamos defendendo o pão de cada dia? Vocês dependem do povo como nós dependemos do lixo pra gente viver. Estamos todos na rua. O que é que podem fazer pela gente?

No Brasil, a estigmatização dos pobres como “vadios” é um dado antigo. Como relata Patto (1999), desempregados e subempregados aparecem nos relatórios oficiais, desde o Brasil República, como “vadios” e “incansáveis parasitas”, bastando “... ser pobre, não-branco, desempregado ou insubmisso para estar sob suspeita e cair nas malhas da polícia” (1999, p. 175). A pobreza passou a ficar associada à sujeira, que significava doença, degradação, imoralidade e conseqüentemente, subversão, desde a medida higienista, por volta de 1904.

Embora fossem trabalhadores, a situação de pobreza foi determinante para a construção de um imaginário social a respeito dos catadores na cidade. Pobreza não se resume apenas à vivência de privações materiais, pois “...o trabalho desqualificado, a ocupação incerta, o desemprego e o subemprego condensam uma malha de preconceitos e estigmas que sedimentam desigualdades através de discriminações diversas” (TELLES, 1992, p. 10).

Além da situação de pobreza e dos adjetivos a ela associados, os catadores que se reuniram para sair do Viaduto e ir para a maloca, eram pessoas que embora trabalhassem muito, faziam uso permanente de álcool. Trabalhavam uma parte do dia

até atingirem uma produção suficiente para, ao ser vendida, render uma garrafa de pinga e alguma coisa de comer. Alguns bebiam “*para dar conta da dureza da vida*”, outros, “*por causa da tristeza mesmo*”. De qualquer modo, foi mais um fator que contribuiu para que os catadores permanecessem à margem de qualquer possibilidade de inserção no mercado de trabalho e de reconhecimento de sua cidadania.

Eu achava que a minha vida ia terminá assim, na bebida. A gente bebia. Por causa da tristeza. Trabalhávamos até ter dinheiro para comprar bebida e em tira gosto. A gente tava constantemente embriagado. A gente vivia em função da doação : sopa, agasalho, leite com pãozinho. Hoje eu acho que isso é importante, mas não pode ficar só nisso, senão a pessoa acomoda. A gente contava com a doação da comida. (Maurício)

É notória para todos os entrevistados a mudança na situação financeira dos associados. “*Arrumei minha casa depois que vim para a ASMARE. Moro em uma casa que é minha. Eles emprestavam dinheiro, quando eu não tinha e à medida que ia trabalhando, eu ia quitando*”. (D. Lourdes).

“*Construí minha casa e agora tô aumentando. Posso comprá iogurte pra minha filha e comê melhor. Ando vestido direito. Entro em algum lugar com a tranqüilidade que tenho do dinheiro do meu trabalho para comprar o que eu preciso*” (Maurício)

“*Financeiramente foi o que melhor melhorou pra mim. Fui crescendo devagarzinho com o dinheiro daqui. Deu pra ter uma casa*”. (D. Maria)

Retomando, o primeiro passo da Pastoral foi resolver a demanda inicial dos moradores: um lugar para morar. Vários preferiram a doação de dinheiro para retornarem para suas cidades de origem, pois já não tinham esperanças de que a vida pudesse modificar. “*A Pastoral forneceu passagem para todas as famílias que queriam voltár para suas casas. Para quem ficou, ela ganhou material de construção e doou para aqueles que já tinha um lote pra construir*” (Maurício).

Noções básicas de direitos, ecologia e do valor do trabalho de separação do lixo e reciclagem, uma nova forma de organização do grupo, regras para a convivência e

para o trabalho de coleta, conhecimento sobre o que era ou não material reciclável, oportunidade de trabalho, possibilidades de mudança de vida, eram temas iniciais das primeiras reuniões que aconteciam entre os moradores da maloca e a Pastoral. O início desse encontro foi bem marcado pela própria condição dos trabalhadores, ainda moradores de rua. As reuniões iniciais não tinham lugar para acontecer e eram sempre atravessadas por fatores como o humor dos catadores, muito alterado pelo uso acentuado da bebida e a falta de lugar para acontecimento das reuniões. Segundo D. Lourdes, quando começaram a fazer reunião nem lugar para sentar tinham e a reunião acontecia no meio da rua. Os participantes assentavam em lata velha. *“E ai a gente bebia. As reuniões começava bem, mas depois tinha muita briga por causa da bebida. Ficava muito difícil, mas a gente não desistiu. O pau quebrava, a gente acalmava e recomeçava a reunião”*. Passado algum tempo, as reuniões aconteceram na Casa do Trabalhador, espaço cedido por um padre.

Eu gostava das reuniões. Depois que a gente arrumou um lugar pra reunir ficou melhor. Um padre lá da Rua Guarani cedeu a Casa do Trabalhador pra gente reunir lá. Toda quinta-feira tinha reunião e eu ia direto. A gente não faltava. Eu gostava porque era a oportunidade que eu tinha pra falar e para ouvir. Eu falava. E antes, eu não podia falar. Mas depois, com as reuniões eu fui mudando e resolvi não largar mais porque eu pensei: vai ter jeito sim! (D. Lourdes)

Além do humor e da falta de espaço para as reuniões, as mesmas aconteciam em clima de muita tensão, pois eram também lugares de muitas brigas. *“A violência era uma das marcas das relações entre os membros do grupo. Os menores gestos e ações eram motivos de brigas, desentendimento e até agressões físicas”* (OLIVEIRA, 2001, p.195).

Apesar das dificuldades de espaço e de relacionamentos, as reuniões possibilitaram aos catadores criar e desenvolver uma capacidade de mobilização. Assim, foram aglutinando outros setores da sociedade que deram suporte ao seu direito de se constituírem como profissionais da coleta seletiva na cidade.

Entre os anos de 1989 e 1992, a gestão municipal de Belo Horizonte estava tentando implantar na cidade a coleta seletiva em parceria com o setor privado. A partir

das mobilizações, manifestações, protestos e articulações, os catadores conseguiram que fosse incluída na nova Lei Orgânica do Município, que começou a vigorar em 1990 (Cap III – Do Saneamento Básico, art. 151, item VII), uma norma que assegurasse a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis como feitas preferencialmente por cooperativas de trabalhadores. A referência, na lei, não é explícita, mas foi uma vitória significativa no movimento reivindicatório dos catadores. Em 1993, o poder público já incorporava os catadores de papel, através de sua organização representativa, como parceiros prioritários do Projeto de Coleta Seletiva implantado pela SLU/PBH (Sistema de Limpeza Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte).

Através de reuniões e assembléias, os moradores de rua e catadores de papel foram se posicionando como cidadãos e trabalhadores e como criadores de uma nova subjetividade, singular, original, não assujeitada aos valores já impostos e até então, alienantes. Foram percebendo a importância da questão ambiental e, para além dela, o valor financeiro da reciclagem, pois o lixo poderia ser matéria prima para a indústria de recicláveis. Somada ao trabalho e à renda, estava sendo formada uma associação que, além de acolhê-los e viabilizar sua organização, possibilitaria aos associados um certo reconhecimento da sociedade. A ASMARE foi nomeada como tal, em maio de 1990.

Foi criada, então, uma rede composta pela ASMARE, Pastoral de Rua e Cáritas, iniciando junto à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), um embate pela construção de um galpão de separação de triagem de resíduos sólidos. O primeiro galpão foi inaugurado em 1992, com uma infra-estrutura mínima. Vencida essa fase, iniciou-se a luta pela coleta seletiva na cidade. A ASMARE recebeu um impulso considerável quando uma de suas ex-voluntárias e militante de uma ONG, com atuação na área ambiental, assumiu o comando da então denominada Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). A nova administração municipal, recém eleita, decidiu pela implantação institucional da coleta seletiva em parceria com a ASMARE, além de ter promovido, com o auxílio da Fundação Estadual de Meio Ambiente, a capacitação dos catadores para que entendessem o significado do seu trabalho em termos de preservação ambiental e de economia para o município. *“Foram os catadores oficialmente reconhecidos como agentes da limpeza urbana e consubstanciada a inserção da PBH (assinatura de convênio) na rede que se formava em torno da Associação”* (CARDOSO, 2003, p.76).

Ao buscar sua consolidação, a ASMARE estabeleceu parcerias com: - Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal – CDHC/PBH., - Projeto Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi emergenti – COSPE, Fundação Interamericana, Unicentro Newton, Instituto Marista de Solidariedade – IMS, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de MG – SINEP – convênio que permitia a implantação de coleta seletiva nas escolas particulares. À medida que a Associação foi atingindo certo nível de crescimento, essas parcerias foram sendo suprimidas, pois a nova concepção administrativa estava voltada para a busca de auto sustentabilidade.

Sabendo que a Superintendência Municipal de Limpeza Urbana (SMLU, antiga SLU) cobrava da iniciativa privada a coleta de lixo, a ASMARE propôs a empresários a implantação da coleta seletiva nas empresas, enfatizando que não se tratava de uma atividade filantrópica ou caritativa, mas de uma prestação de serviços. “*A idéia começou a repercutir e evoluiu, inclusive, para a proposta de organização do espaço interno das empresas e colocação nesses espaços, de equipes de catadores*” (CARDOSO, 2003, p. 80).

A ASMARE mantém equipes de trabalho na: Belgo Mineira Bekaert Arames S.A (sistema de troca); Toshiba do Brasil; Centrais Elétricas de MG – CEMIG; Tim Maxitel; Assembléia Legislativa de MG; C & A Modas; Sotreq S. A.; Tribunal Regional do Trabalho de MG; grande instituição privada do sistema financeiro nacional aos quais se agregam vários outros doadores com participação pouco significativa, constituídos por empresas de menor porte, residências e condomínios. No final de 2001, ASMARE se juntou à Construtora Mendes Júnior, que embora não fizesse doação de material reciclável, cedeu mobiliário para a creche que, construída pela PBH, através da AMAS, pudesse assistir a cerca de 50 filhos de associados.

Ainda que com uma parceria mais pontual, a contribuição da Mendes Júnior não deve ser minimizada, tendo em vista o fato de, mais uma vez, estar uma empresa privada desempenhando um papel que seria do poder público” (CARDOSO, 2003, p. 81).

Mesmo com toda a parceria existente, o sistema de gerenciamento interno da ASMARE, funciona de modo a assegurar ao máximo a participação efetiva dos catadores nos processos decisórios e gerenciais. A ASMARE é regida por um Estatuto

Geral aprovado em assembléia que prevê o seu funcionamento. A Assembléia Geral é realizada anualmente e elege todos os integrantes das comissões de trabalho da ASMARE, cujo mandato é de dois anos. A organização da ASMARE segue a seguinte estrutura: Diretoria (membro mais votado de cada uma das sete comissões de trabalho²), coordenação colegiada (um administrador, auxiliar de vendas, auxiliar de escritório, encarregado de pessoal e técnico de computação), equipe técnica (formada pela ASMARE e seus parceiros executivos governamentais e não-governamentais).

No momento de sua fundação, a ASMARE contava com 10 catadores e seus familiares. Atualmente tem em seu quadro, cerca de 380 associados, distribuídos em três categorias: os catadores de recicláveis, os triadores de materiais e os oficineiros, que são monitores que ministram cursos de marcenaria, papel, metal e costura, todos relacionados a reaproveitamento de recicláveis.

Segundo Cardoso, para o associado atingir a produção, tem que cumprir meta de quantidade e qualidade. Assim, a Associação rompeu com a idéia de nivelar os ganhos. A pessoa ganha de acordo com o investimento que faz no próprio trabalho. Em todas as áreas se ganha de acordo com a produtividade. Não há salário fixo, todos recebem pela produção, variando o pagamento entre 2 e meio a 3 salários mínimos, garantindo-se para quem tem produção menor, uma retirada equivalente a um e meio salário mínimo. Há a distribuição para catadores, do excedente financeiro da Associação. A cada três meses apura-se o resultado e é distribuído o décimo terceiro salário, proporcional à produção de cada um. Dessa forma, a ASMARE fica caracterizada como pré-cooperativista, isto é, cada associado entrega parte da renda para a associação.

Segundo dados disponíveis no site da Associação³, a renda familiar dos catadores varia de um e meio a seis salários⁴.

Desde a sua criação foi constatado um aumento do poder aquisitivo dos catadores, que teve como consequência um aumento de seu poder de consumo. Os catadores não moram nas ruas, são todos alfabetizados e têm um estatuto e regras a

² Comissão de saúde, Comissão de Educação, Comissão de Finanças, Comissão de Divulgação e Imprensa, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Religiosidade, Comissão de Infra-Estrutura.

³ <http://www.asmare.org.br>

⁴ Valor do salário mínimo no período de consulta ao site da ASMARE: R\$ 260,00 – 38 % - até dois salários mínimos; 33 % - de dois a quatro salários mínimos; 16 % - de quatro a seis salários mínimos; 13 % - acima de seis salários mínimos.

serem seguidas. O abuso de álcool e drogas têm sido o maior obstáculo para que uma parcela dos catadores continue no trabalho e fora das ruas. Este dado é relevante, mas apesar disso o projeto ASMARE é considerado por outras cidades mineiras e mesmo por outros estados como modelo de geração de trabalho.

Depois de alcançado o objetivo inicial, outros desdobramentos foram surgindo, como o Carnaval dos catadores de papel, dos garis e da população de rua de Belo Horizonte, o Bar-escola Reciclo, oficinas de marcenaria, costura, encadernação, alimentação e encontro de trocas culturais. O bar emprega 17 ex-moradores de rua e um funcionário administrativo. Além do funcionamento padrão de um bar - funcionamento noturno - no qual acontecem eventos culturais, há funcionamento diurno como lanchonete. Além de servir como espaço para divulgação da Associação e dos próprios produtos reciclados, o bar se tornou um *point* cultural da cidade. E completando sua proposta o bar ainda é espaço destinado à formação profissional: bar-escola, no qual moradores de rua e outros grupos de excluídos têm acesso a qualificação numa área tão importante quanto potencial. São oferecidas formações na área de cozinha e serviços de bar, como: garçom, comins e barman. Coerente com a filosofia de trabalho da ASMARE o bar-escola trabalha nos cursos temas como: coleta seletiva do lixo, conscientização dos aspectos ambientais e sociais do reaproveitamento de resíduos, desperdício na alimentação, etc.

Segundo pesquisa realizada por Cardoso (2003), a ASMARE seria representativa do Terceiro Setor (TS). Juridicamente, está registrada como uma sociedade civil sem fins lucrativos.

(...) as organizações do TS – como a ASMARE – passam a desenvolver ações até então de responsabilidade do Estado-nação. (...) o Estado passa a se ocupar com a avaliação e formulação de políticas públicas, quando, então, ONGs – por meio de número crescente de experiências associativas, caso da ASMARE – e/ou o setor privado, passam a assumir a execução de parte dessas políticas (p. 75).

Todas as informações que aqui se encontram para contar brevemente a história da ASMARE, foram coletadas em dissertações - que estão citadas -, em conversas informais com trabalhadores da ASMARE, em reportagens de jornais e no site da

ASMARE que foi consultado para este fim, no ano de 2004. Em nova consulta em maio de 2006, constatei que o site foi reelaborado, já não disponibilizando *on line* tantas informações. A ASMARE continua disponível para falar de sua história, mas pede que agora o contato seja feito via telefone ou em sua sede.

CAPÍTULO 4: CIDADANIA, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: EIXOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA.

4.1 - Cidadania: um conceito histórico

Um ponto fundamental de reflexão sobre a cidadania é que não existe um conceito definitivo da mesma. Seus defensores, ao longo da história, possivelmente discordariam em relação a itens fundamentais. Isso porque cada época da história produziu práticas e reflexões sobre a cidadania, muito distintas. Cidadania é uma construção histórica característica do mundo ocidental. Além disso, “*em todos os lugares nos quais surgiram, os conceitos de cidadania transformaram-se muito ao longo do tempo*” (KARNAL, 2003, p.136).

Neste capítulo, vamos entender historicamente o surgimento do conceito “cidadania” e outras possibilidades de abordar o mesmo. A Grécia foi uma referência escolhida por se tratar também do local de surgimento de outro conceito fundamental neste trabalho: a subjetividade. A coincidência de surgimento entre cidadania e subjetividade não será entendido aqui como mero acaso. Para o entendimento deste trabalho, são conceitos que caminham juntos porque a prática dos mesmos não acontece de maneira isolada. Não é possível falar em cidadão sem fazer referência a um indivíduo que pensa, vê, sente, faz escolhas, é escolhido, enfim, se posiciona no mundo.

Na Grécia, as cidades (*pólis*) eram cercadas por longas muralhas, que circunscreviam um determinado espaço e que tinham por função embelezá-las e atender às necessidades da guerra. Tratava-se do cercamento de espaços agrícolas, onde os habitantes foram se estruturando como comunidade. Uma característica importante destas comunidades era a ausência de um poder superior que regulasse as relações entre os habitantes. Os conflitos internos tinham que ser resolvidos comunitariamente. Nisto reside a origem mais remota da política – sendo esta instrumento de tomada de decisões coletivas e resolução de conflitos – e do Estado. (GUARINELLO, 2003)

Reunidos em praça pública (*ágora*), os cidadãos (*polites*) discutiam acerca das leis, dos direitos e dos deveres, debatiam sobre os problemas de interesse comum e as

decisões davam-se através do voto direto. Os cidadãos eram homens de direitos políticos e que, ao exercê-los, intervinham no governo da *polis*.

O espaço público, que se confundia com o Estado, era um espaço de poder, de decisão coletiva. E este foi um grande diferencial criado pelos gregos: o dispositivo democrático. A Grécia é considerada berço da democracia, cujo significado para os gregos, era a participação ativa nas atividades públicas da *polis*. O comparecimento à assembleia popular era aberto a qualquer cidadão, com poderes de discutir ou até mesmo repudiar propostas de seus líderes mais carismáticos. A democracia grega possuía, dentre outras, duas grandes características: a primeira afirmava a igualdade de todos os cidadãos perante as leis e o direito de participar diretamente do governo da cidade; a segunda, a democracia sendo direta e não por eleição de representantes, garantia a todos a participação no governo e os que dele participavam tinham o direito de exprimir, discutir e defender, em público sua opinião sobre as decisões que a cidade deveria tomar (JAEGGER, 2001). Assim, os gregos criaram uma prática democrática, talvez mais contemporânea que democracia moderna. Esta está marcada pela apatia pública e pela ignorância política, sendo que a participação na vida pública deixou de ter grande importância na vida cotidiana do cidadão. Além disso, a separação entre interesse público e interesse privado – uma das marcas da democracia moderna – possibilitou a construção de uma ordem pública voltada para os interesses de uma minoria.

Importante é ressaltar que na Grécia antiga nem todos eram considerados cidadãos. Ser cidadão constituía uma característica superior, a do homem livre, representando “*apenas 6 ou 7% da polis quase 60% eram escravos. Mulheres, crianças e estrangeiros também não eram cidadãos*” (MACHADO⁵, citado por BONAMIGO, 2000, p.18).

Os escravos e os comerciantes dedicavam-se apenas ao trabalho, não restando condições e tempo para desenvolverem o pensamento. As mulheres eram consideradas incapazes de usarem a razão e as crianças não apresentavam ainda condições de participação na vida pública. Como os cidadãos eram unidos pelo culto a uma mesma divindade e cada localidade tinha a sua, o estrangeiro também estava excluído do título

⁵ MACHADO, José Nelson. **O brasileiro como cidadão**. In *Folha de São Paulo*, nov. 1998, p. 1-3.

de cidadão. Logo, não bastava morar em uma cidade para ser considerado cidadão. Também não bastava ser homem livre. Segundo Silveira (2000), o espaço da polis era privilégio de poucos e, por isso, o cidadão grego era muito peculiar. Apenas quatro entre dez pessoas eram consideradas cidadãos e viviam às custas dos outros seis. Os cidadãos dedicavam-se à política, à filosofia, à ginástica, à poesia e o restante ocupava-se com as atividades de natureza material e de serviço. O título de cidadão podia ser conferido como homenagem ou em retribuição a um favor prestado à coletividade. Cada cidade tinha uma Constituição que apresentava as exigências necessárias para nomear como cidadão, um habitante.

Na Grécia antiga, cidadão era termo que fazia referência a poucos e seu uso estava justificado naquele período, sob as condições acima expostas. Não é possível, no entanto, falar de uma continuidade ou desenvolvimento progressivo que una as práticas em cidadania, em sua origem, a sua utilização nos dias atuais. *“São mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos”* (GUARINELLO, 2003, p.29).

Tornou-se comum dizer que o conceito de cidadania é atualmente um conceito banalizado, distanciando-se cada vez mais de suas raízes e de seu significado real. Mas, pensar desta forma é conceber o conceito como único e rígido. Segundo Bobbio (1992), os direitos do homem não são todos conquistados de uma vez e nem de uma vez por todas. Por mais fundamentais que sejam estes direitos, são direitos históricos, isto é, conquistados em certas circunstâncias. Cidadania, longe de ser uma categoria fechada, tem seu significado sucessivamente transformado ao longo da história, sendo constantemente redefinido no tempo e espaço, pois, cada comunidade constrói pra si, tanto uma representação do que sejam os direitos e deveres dos seus membros, quanto práticas legítimas para seu exercício. Se as bases da cidadania são os direitos dos homens, o conceito de cidadania estará sempre se transformando ao longo da história da humanidade.

Muito já foi escrito sobre cidadania. Geralmente, parte-se da Grécia antiga e dos romanos, passando pela “Era das Revoluções” (Revolução Inglesa, Revolução Americana e Revolução Francesa), pelo estudo feito por T. H. Marshall (1950) até os escritos mais atuais.

Pode-se apontar como referência clássica o estudo de Marshall (1967), *Cidadania, classe social e status*, onde o sociólogo verificou a possibilidade de todos os indivíduos serem considerados como cidadãos, como detentores de direitos universais reconhecidos pelo Estado e pelos outros indivíduos. Ele se propôs a fazer um histórico para perceber quais foram os direitos que fizeram parte do desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, dividindo-os em direitos civis, políticos e sociais. Estes foram desenvolvidos, respectivamente, nos séculos XVIII, XIX e XX, em circunstâncias muito específicas da sociedade inglesa. O estudo da cidadania, pautado pelo mapeamento dos direitos, tal como fez Marshall, procurou investigar quando e quais direitos foram estabelecidos pelo Estado e quais os indivíduos afetados por esses direitos. A cidadania foi assim entendida como o conjunto de direitos estabelecidos pelo Estado aos seus membros e seu exercício passou a ser identificado com o uso desses direitos legalizados. A cidadania era um reconhecimento por parte do Estado, de um conjunto de direitos através da legislação, ou seja, o Estado que concede e reconhece aos indivíduos o status de cidadão. A forma clássica de se pensar a cidadania, desde então, passou a se dar através destes três direitos e embora o estudo de Marshall fizesse referência à comunidade inglesa, pensar a cidadania desta forma se tornou referência para se pensar a cidadania em todo mundo o ocidental.

Cada país democrático tem em sua Constituição o registro dos direitos e deveres dos cidadãos. Isto significa que os direitos já estão juridicamente colocados. Importa agora que eles sejam aplicados. Porém, a opressão e a exclusão, que marcam as sociedades, materializam a inexistência da aplicação dos direitos dos homens. Afinal as desigualdades “*não podem ser abolidas com a mera concessão de direitos como é típico da cidadania*” (SANTOS, 2003, p. 261). Pensar a cidadania a partir dos direitos políticos, civis e sociais não tem sido uma forma suficiente e eficiente de superação da opressão e exclusão. No Brasil, as leis e os discursos oficiais proclamam que todo brasileiro é cidadão. Isso quer dizer que todos que vivem no Brasil têm os mesmos direitos, gozam das mesmas liberdades e chances. Sabe-se, no entanto, que a realidade social mostra uma outra situação, uma situação de profundas desigualdades. No Brasil, há uma cidadania sem cidadãos, que se manifesta pelas relações de exclusão. Segundo Cruz (1996), no Brasil existe uma cidadania presente no aparato legal, na Constituição,

nas leis, expressa na declaração dos direitos e outra, presente na realidade e que na realidade, não confirma cidadania, sendo antes a exclusão da mesma.

O fundamental não tem sido mais uma Constituição ou uma nova lei escrita, ainda que não seja supérflua a necessidade de uma lei como representação.

Não é o nível retórico de qualquer lei que vai corresponder à realidade das lutas sociais concretas. Não basta colocar na Constituição que o salário mínimo é a contrapartida necessária à subsistência do trabalhador e toda sua família. Isto é uma fantasia. (SOUZA JÚNIOR, 1986, p.31)

Sendo assim, este trabalho não tem como objetivo abordar a cidadania, a partir dos três direitos, por mais clássica que seja esta forma de entendê-la. A existência de direitos e a concessão dos mesmos, por parte do Estado, já não possibilitam um entendimento acerca da cidadania nos dias atuais. É possível que o papel do Estado esteja sendo cumprido: os direitos vão sendo legalizados. Mas a prova de que a cidadania não passa somente pela legalização de direitos é dada na realidade da sociedade, onde sua simples legalização não é garantia de cidadania. Outros elementos precisam ser abordados de modo a auxiliarem uma maior compreensão acerca da mesma e de seu exercício.

Pensar a cidadania a partir de uma concessão de direitos por parte do Estado é perceber os indivíduos como seres passivos, meros receptores de benefícios. Concessão não é garantia de apropriação e exercício. Ainda que o Estado legalize, cada indivíduo deve apropriar-se e exercer cada direito, para que a legalização dos mesmos tenha validade prática. Na verdade é a articulação ativa dos indivíduos em suas lutas coletivas o grande motor da conquista de direitos na história. O que mostra a história do Brasil, exemplifica que a concessão do Estado, ao invés de gerar apropriação e exercício, pode levar a uma relação de dependência e passividade. Antes do Regime Militar houve um governo de bênçãos: Getúlio Vargas foi o ‘pai dos pobres’, o assistencialista por natureza. Como no Brasil os direitos sociais largaram na frente, no governo de Vargas, estes passaram a ser percebidos como uma concessão do governo. Este governo que concede tornou-se “*todo-poderoso, na pior hipótese, como repressor e cobrador de*

impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores” (CARVALHO, 2002, p.221). O período militar foi uma época de sombras que gerou no povo uma expectativa por tempos melhores. Com a abertura democrática na década de 1980, o povo esperava um governo que viesse reparar os danos causados pela ditadura. Mas esperava de que maneira? Já era fato que não existia no Brasil uma cultura de exercício de direitos e ainda houve grande expectativa acerca da espera daquele que solucionaria a situação do país, ofertando soluções e recursos, quase milagrosos.

O exercício da cidadania deveria ser *“um processo inventivo de cada um e de todos, de forma que pudessem ter as mesmas condições comuns, regidas por normas legais de que pudessem fazer uso (...)”*. (MANZINI-COVRE, 1996, p. 69). Mas, para Demo (2000), o processo histórico aponta três tipos de cidadania. O Estado, como conessor, gera a cidadania tutelada e a cidadania assistida. Além dessas, temos a cidadania emancipatória que discutiremos adiante. A cidadania tutelada utiliza doações assistencialistas para encobrir as questões sociais, sendo uma dádiva ou concessão de cima. O clientelismo e o paternalismo acabam por manter a população atrelada aos projetos políticos e econômicos do Estado. A cidadania assistida já apresenta um esboço sobre a noção de direito, direito à assistência, mas torna-se assistencialista à medida que *“reforça a subalternidade ignorante do excluído, em vez de sua emancipação”*, realçando em excesso *“a perspectiva do beneficiário passivo e obediente”* (DEMO, 2000, p.27).

A história de Maurício aponta para uma tentativa bem sucedida de saída dessa posição de indivíduo assistido e tutelado. Uma saída feliz por abrir espaço para outras conquistas e realizações que seriam inviáveis se permanecesse submetida ao domínio e poder do Estado.

Mas este movimento de Maurício não se deu exclusivamente pela vinculação com a ASMARE. Vincular-se à ASMARE não é garantia de mudança de posicionamento frente às experiências da existência. Dentro da ASMARE encontramos outros indivíduos que não fizeram o mesmo movimento. Dona Lourdes é membro da ASMARE desde seu início e descreve a situação da associação da seguinte forma:

As coisas aqui já foram bem melhores. No início a gente tinha mais ajuda deles (apontando para o escritório da ASMARE, coordenado pelos próprios integrantes da associação) Hoje em dia tá muito largado. Não é mais como no início que tinha tudo pra gente. Até dinheiro eles emprestavam pra gente. Dava blusa pra gente trabalhá. Mas até blusa agora tá difícil. Olha essa minha aqui: eu chego em casa e coloco pra lava porque só tem ela. Eles não tão dando mais muita atenção pra gente não. A dona Maria não, ela até ajuda, mas ela tá sempre viajando. Falaram que as coisas tão pra miorá. Tem que miorá, uai.

D. Lourdes é integrante da ASMARE assim como os trabalhadores administrativos. Na associação, a princípio, o trabalho não é dividido numa hierarquia vertical, mas horizontal. Ainda assim, D. Lourdes se posiciona de forma tutelada e assistida em relação à coordenação da associação, pois espera que façam algo por ela. Espera que seja concedido a ela o que é dela de direito, conforme os princípios da ASMARE. É possível que ao longo de sua história de associada, D. Lourdes tenha transitado entre participar mais ativamente do movimento e participar de modo mais passivo, como no momento da entrevista.

Uma outra possibilidade de cidadania seria a Cidadania Emancipatória, mas esta, diferentemente das duas anteriores, não é consequência da posição do Estado como conessor. Trata-se de pensar uma cidadania onde os indivíduos, grupos ou movimentos sociais não se posicionem como simples beneficiários e reprodutores de modelos tutelares ou assistencialistas, mas “*como capazes de individual ou coletivamente fazerem e fazerem-se oportunidade, ou de emanciparem-se*” (DEMO, 2000, p.23). Ou ainda, de saberem fazer-se sujeitos históricos, sendo capazes de pensar e conduzir seus destinos, isto é, saírem de uma relação de alienação e opressão para uma relação de expressão e de criação, com novas formas e critérios de participação.

Maurício deixa claro seu posicionamento nos dias atuais, apontando para um movimento emancipatório, inventivo.

Mas se precisé gritá eu vou gritá, ficá na rua manifestano eu vou ficá. Nada vem fácil. A gente é prova disso. Se a prefeitura insistí com isso ai, a gente vai continuá brigando. Hoje eu sei que trabalho é direito. O que ela vai colocá no lugar? O que ela vai fazê com o tanto de família que depende do trabalho daqui? Tem gente aqui que cria filho, neto, irmão com o que cata aqui. Nós não vamo perder isso assim de graça não. Já foi o tempo que a gente se conformava com pouco. Pouco dinheiro, pouco trabalho, pouco tudo. Hoje não é assim. Eu tenho consciência. Mudei. Minha vontade agora,

daqui pra frente, é de fazer alguma coisa é pra acabá com esse preconceito, igual teve no supermercado, que eu te falei. Alguma coisa precisa sê feita. E eu tenho pensado muito sobre isso.

Vemos em seu depoimento que esse exercício de cidadania envolve, ao mesmo tempo, uma transformação subjetiva e aponta para uma relação necessária entre cidadania e processos de subjetivação. É essa conexão entre cidadania e subjetivação que analisaremos a seguir.

4.2 - Subjetividade: do que se trata?

Os termos subjetividade, subjetivo e subjetivação, embora tenham se popularizado recentemente, têm sido amplamente usados pelo senso comum. Muitas vezes, dizer que algo é subjetivo se tornou solução para muitos impasses onde não há clareza das causas e/ou das soluções.

No presente trabalho, torna-se importante definir de que noção de subjetividade estamos falando. Inicialmente deparamos com uma concepção que permanece até hoje, para o senso comum e mesmo para o meio acadêmico, qual seja, a subjetividade é algo interior, está dentro de cada um. Ficam definidos assim, um espaço interno, tomado pela subjetividade, e um espaço externo, tomado pelo que não é subjetivo, o objetivo, o espaço da vida social. Tem-se uma oposição entre interno (subjetivo) e externo (mundo social) e, conseqüentemente, uma separação entre as experiências sociais e as experiências subjetivas, de modo dicotômico.

A reflexão sobre a subjetividade como algo privado coincide com o pensamento moderno. Desde Descartes, “*quando o sujeito foi definido com coisa pensante (res cogitans) que habita a interioridade do corpo, estando separado de toda exterioridade*” (FERREIRA NETO, 2004b, p.3), a subjetividade é entendida como interioridade.

A Revolução Copernicana provocou um questionamento do universo, que teve como conseqüência uma falência dos modelos tradicionais, decorrentes da abertura dos espaços infinitos. Quando a Terra deixou de ser o centro do Universo, o homem

começou a se sentir perdido num universo infinito e as experiências subjetivas passaram a ser o recurso para a reconstrução de critérios e valores seguros e confiáveis.

Entra em cena a filosofia moderna, segundo a qual o “eu” passa a ser resposta que possibilita a construção de um novo pólo de certezas. A percepção exterior deixa de ser fonte de garantias, pois a visão, por exemplo, informa que o sol gira em torno da Terra. Por séculos, o erro do conhecimento, que estava fundamentado na sensação, prevaleceu. Como a percepção exterior enganava, a interioridade foi a certeza possível. (MOREIRA, 2002).

Ainda que prevalente, a equivalência entre subjetividade e interioridade, traz problemas dentro do enfoque desta pesquisa. A dificuldade de se trabalhar com esta concepção de subjetividade existe pela condição de incorrerem na dicotomia de pensamento, onde haveria uma divisão entre interno e externo. A concepção de subjetividade, no sentido que interessa, a este trabalho, não compreende a subjetividade a partir dessa divisão. Pensar na dicotomia interno x externo seria desconsiderar que a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, ou seja, “*a subjetividade é plural*” (GUATTARI, 1992). Dessa forma, não existe uma instância que domine ou determine a outra. A subjetividade não é exclusivamente individual e nem exclusivamente coletiva, ela se desenvolve para além do indivíduo, junto ao social.

Abordar a subjetividade humana desconectada de suas dimensões sociais, históricas e culturais pode produzir práticas evadidas de artificialismos. No entanto, o apelo puro e simples a teorias sociais, por si só não garante uma solução final. (FERREIRA NETO, 2004a; 25)

Assim como a cidadania, existe uma experiência de subjetividade historicamente localizada e circunscrita na Grécia antiga. Partindo do século XXI e fazendo um retrocesso à Grécia, podemos pensar, juntamente com Foucault e Deleuze (1992) que a subjetividade também foi uma invenção grega. Os gregos inventaram a subjetividade porque seu regime – a rivalidade entre os homens – assim o permitiu.

Os gregos inventaram em política (e em outros campos) a relação de poder entre homens livres: homens livres que governam homens livres. Por conseguinte, não basta que a força se exerça sobre outras forças, ou sofra o efeito de outras forças, também é preciso que ela se exerça sobre si mesma: será digno de governar os outros aquele que adquiriu domínio de si. (DELEUZE, 1992, p.140)

Colocando a força para curvar-se sobre si mesma, os gregos inventaram a subjetivação. O homem grego, para governar a *polis* precisava estabelecer consigo mesmo uma relação diferenciadora o que refletiria uma nova prática subjetiva. “Fazer de sua vida uma obra de arte, construir um estilo que deixasse lembranças honoráveis, essa era a maneira de através do cuidado de si, cuidar da cidade, ser cidadão”.(BEZERRA JÚNIOR, 1992, p.116). Portanto, cidadania e subjetividade não são âmbitos separados de existência, mas estão entrelaçadas. Somente um cidadão poderia governar a *pólis* – e poucos eram considerados cidadãos – e para este era necessário um modo singular de se construir a existência na cidade.

Mas a subjetivação não diz respeito somente a cada um, internamente, mas também às relações entre os homens e aos processos sociais, onde se tem uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, isto é, um modo de ser que é fabricado, produzido, modelado. Para Guattari (2000), os elementos que constituem a subjetividade – desejos, percepções, idéias, corpos, emoções, memória, etc – seriam imanescentes a procedimentos/agenciamentos complexos que constituem a própria tessitura da sociedade. Pode-se compreender que a subjetividade não seria somente do campo pessoal, mas do campo dos processos de produção social e material. Ela é produzida a partir de processos de

natureza extrapessoal, extra individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, de mídia) quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, sensibilidade, afeto, desejo, imagens, de valor, de representação, sistemas corporais, biofisiológicos) (GUATTARI, ROLNIK, 2000, p.31)

Para Guattari, o que existe é uma produção de subjetividade. “Não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma

produção da subjetividade social” (2000, p.16). A subjetivação é uma individuação, seja pessoal ou coletiva, de um ou de vários. Ela é a produção de modos de existência ou estilos de vida.

Existem duas possibilidades dos indivíduos assumirem e viverem essa subjetividade construída no registro social. Essas duas possibilidades abrem espaço para a questão:

trata-se de saber se existe ou não possibilidade de poupar o recurso a modelos alienantes, se é possível fundar as leis da subjetividade em algo que não seja a coerção social. Existe para o homem possibilidade dele mesmo ser o fundador de sua própria lei? (DELEUZE, 1992, p. 111)

Os indivíduos podem se submeter à subjetividade na forma como a recebem, estabelecendo uma relação de alienação e opressão com os sistemas⁶, que cuidam para que sejam produzidos indivíduos serializados e modelados. De outra forma, podem buscar se reapropriar dos componentes da subjetividade, estabelecendo com os sistemas uma relação de expressão e criação, ou, denominado por Guattari, como processos de singularização ou ainda novos modos de subjetivação. A principal característica do processo de singularização é que ele seja automodelador, isto é, ao invés de ficar na dependência um poder exterior, globalizado, construir seus próprios tipos de referências e práticas. Se os grupos adquirem essa liberdade, têm a capacidade de autogerir sua própria situação, com a possibilidade de criação, sendo possível preservar o caráter de autonomia.

As relações entre subjetividade e cidadania não estão restritas à coincidência do momento e espaço de seus surgimentos. A subjetividade e a cidadania podem expressar, juntamente, o modo com o qual os indivíduos são constituídos e constroem sua realidade pessoal e social. Guattari fala dos dois extremos através dos quais os indivíduos se posicionam diante dos vários processos de produção de subjetividade presentes na sociedade: numa relação de opressão e alienação ou numa relação de criação e expressão. É possível pensar que a cidadania assistida e/ou tutelada seja a

⁶ Sistemas de valores, sistemas hierárquicos, sistemas de submissão, sistemas políticos, sistemas econômicos, etc.

expressão de sujeitos que se submetem à opressão e a alienação, indivíduos serializados, modelados, resultado de uma produção de massa. Numa relação com a subjetividade, trata-se de produtos subjetivos, isto é, formas ou maneiras de existir já organizadas, reprodutivas, estratificadas, totalizantes e totalitárias. Já a Cidadania Emancipatória possivelmente é a expressão de sujeitos que estabeleceram com os sistemas uma relação de expressão e criação, e, em articulação com a subjetividade, trata-se do processo de singularização ou dos novos modos de subjetivação, onde os sujeitos se constituem criadores de si próprios, havendo *“uma vontade de romper, de inaugurar, de superar os limites impostos ao pensamento, aos sentimentos, às formas de sociabilidade e convivência humana”*. (ORTEGA, 1998, p.10).

Importante é realçar que, alienação ou criação são processos, nunca aquisições definitivas. Isso significa que um indivíduo ou coletivo pode alternar momentos-processos de alienação ou criação – nada é definitivo. Com relação à ASMARE, foi possível identificar a presença desses processos, tendo em vista que no início da luta dos catadores por melhores condições de vida e de trabalho, a criação, a invenção, e novos posicionamentos frente às suas realidades foi o que mais esteve presente e possibilitou toda a mudança e realização dos projetos que fizeram em suas vidas. Mas em outros momentos, como na citação feita anteriormente, da fala de D. Lourdes, o processo de alienação está presente, apontando para um momento de espera por assistência e tutela por parte da própria organização da ASMARE. Em um momento fora do contexto da conversa sobre sua história de vida, Maurício me pediu uma ajuda financeira para poder fazer um tratamento dentário. Maurício é responsável pela coleta em uma parte da cidade considerada espaço de muito oferta de papel (região da Assembléia do Estado de Minas Gerais) e com isso o rendimento do seu trabalho, por dia, tende a ser alto. Além disso, tem na ASMARE mais um cargo que é o de responsável pelo acolhimento de visitantes que vão conhecer o trabalho de coleta e tratamento do lixo. O lucro de cada catador depende dele mesmo, das horas e do esforço empregado no trabalho de coleta. Ainda assim, Maurício nesse momento se apresenta a partir de um lugar “antigo”: pedir ajuda para satisfação de uma necessidade. Mas como se tratam de processos, a presença de um não exclui a validade de outro. Perceber Mauricio se posicionar assim, em um

dados momento, nos dias de hoje, não significa que ele não lute por uma cidadania emancipada ou que não vivencie novos modos de subjetivação.

Muitas vezes, a cidadania pela qual os indivíduos lutam ou que é ofertada pelo Estado, é uma cidadania que universaliza e iguala as particularidades dos indivíduos, o que facilita a regulação social, através do controle social de suas ações. A cidadania pensada desta forma pretende levar à igualdade. E essa igualdade se choca com a diversidade da subjetividade e o que parecem ganhos em cidadania se convertem em perdas da subjetividade. A Cidadania Emancipatória trabalha com a questão da diferença e não da igualdade e, segundo Santos (2003), incentiva a autonomia e visa a combater a dependência burocrática, personaliza e localiza as competências interpessoais e coletivas em vez de as assujeitar a padrões abstratos. Trata-se de uma igualdade sem mesmidade. *“A viabilização de certas mudanças no campo social, que se fazem necessárias, passa pela exigência de um trabalho também no campo da subjetividade”* (ROLNIK, 1992, p.36), pois as mutações sociais são inseparáveis de mutações subjetivas. Tanto a cidadania emancipatória quanto o processo de singularização subjetiva são processos que remetem à valorização do novo, da diferença. Processos que se articulam para viabilizar uma saída dos posicionamentos de alienação, opressão e assujeitamento, valorizando o indivíduo concreto, cuja natureza é, essencialmente, produção da diferença.

Deleuze (1992), fazendo uma leitura de Foucault em “Foucault” e “A dobra” levanta uma questão integralmente pertinente a este trabalho. *“Se o sujeito não pode ser uma questão resolvida na exterioridade da cidadania, pode ele instaurar esta cidadania na potência da vida?”* (p. 217). A história de Maurício nos aponta para esta possibilidade. Não só a dele como a de muitos outros membros da ASMARE e sujeitos que estão pelo mundo, articulando e criando novas formas de viver. Mas, como isso acontece? O que tira um indivíduo de um estado de assujeitamento em direção a um movimento em favor da vida?

Denise Paraná, em seu livro “Filho do Brasil: de Luis Inácio a Lula” (1996), faz uma reflexão acerca desta questão, utilizando os conceitos de cultura da pobreza e cultura da transformação. Estes conceitos foram criados por Oscar Lewis, famoso antropólogo mexicano, autor da conhecida obra *Os filhos de Sanchez* (1981). Não é

objetivo deste trabalho analisar a fundo estes conceitos, mas fazer referências aos mesmos com o objetivo de entender de mais de uma forma, o questionamento levantado.

Na cultura da pobreza encontra-se mergulhado o homem alienado e revoltado. Ela apresenta como características forte sentimento de marginalidade, dependência, exclusão social, não pertencimento às instituições, sentimento permanente de injustiça social e orfandade, dentre outros. Os indivíduos que vivenciam a cultura da pobreza poderiam ser considerados estrangeiros em seu próprio país, pois pertencem a ele de direito e não de fato, uma vez que desconhecem os códigos e as regras sociais do meio urbano e industrializado e se encontram à margem do avanço e desenvolvimento tecnológicos.

Ao acompanhar o desenvolvimento de Paraná, foi possível perceber que o que caracteriza a cultura da pobreza não é um estado econômico, uma localização geográfica e nem um status social da mesma. Uma leitura possível também é entender a palavra cultura no sentido de cultivo, do ato de cultivar. Cultiva-se o que na cultura da pobreza? Para Guattari (2000), cultiva-se um sistema capitalista, sistema de submissão; cultiva-se a perpetuação de subjetividades assujeitadas a um sistema de modelização, de produção de subjetividades serializadas. Cultiva-se um modo de existência onde os indivíduos não transitam por territórios subjetivos que possa gerar singularizações. A cultura da pobreza gera subjetividades massificadas, submetidas aos esquemas atuais de poder.

Assim, o conceito de cultura da pobreza pode ser colocado numa série, juntamente com os conceitos de cidadania tutelada e assistida e subjetividade assujeitada, uma vez que todos estes traduzem o comportamento ou a posição de muitos indivíduos diante das realidades experimentadas em suas vidas. Maurício marca muito bem que posição é esta quando relata a problemática da doação de cobertores, apontando que tais doações facilitam uma acomodação daquele que a recebe, fazendo com que ele continue esperando a doação do ano seguinte, esperando que façam algo por ele, que resolvam por ele o que é uma necessidade particular. Este posicionamento apontado por Maurício não é referente somente à necessidade do cobertor, mas a qualquer outra necessidade do indivíduo. A cidadania tutelada e assistida ou mesmo

uma subjetividade assujeitada deixam este indivíduo a espera de soluções para suas necessidades, pois se trata de uma subjetividade ligada a saberes constituídos e poderes dominantes, que precisam da marca da pobreza e da miséria para continuarem sábios e poderosos. Ou mesmo quando relata a realidade de muitos moradores de rua que trabalham apenas o necessário para a alimentação de cada dia, continuando, no restante do tempo, entregues à acomodação e ao ócio, perpetuando sua condição de miséria.

Já aqui podemos apontar que existem outros posicionamentos possíveis. Maurício, diante desta realidade, que foi sua por algum tempo, se movimentou em direção a uma saída desta acomodação. *“Um dia que eu dei uma acordada pra vida, parei pra pensar: minha vida não é essa. Eu olhei pra mim, tava todo sujo e pensei, “não sou assim, o que ta acontecendo comigo? Eu tenho que trabalhar”*. Esta nova posição nos aponta para o outro conceito de Lewis, trabalhado por Paraná.

Os esquemas atuais de poder estão totalmente dispostos

a tolerar territórios subjetivos que escapam relativamente a essa cultura geral. É preciso, para isso, tolerar margens, setores de cultura minoritária – subjetividades em que possamos nos reconhecer (GUATTARI, 1987, p. 19)

A prova disso é a possibilidade de qualquer indivíduo deixar de fazer parte da categoria enquadrada na cultura da pobreza, ainda que continue mergulhado na condição de pobreza econômica.

Hoje eu cuido mais de mim. Na época em que eu catava lavagem não dava pra fazer isso. Hoje eu faço a unha. Você vê que meu cabelo não é branco, é cortadinho e pintadinho. Antes eu vivia com a cabeça cheia de lavagem. (D. Lourdes)

A cultura da transformação *“nasce do embate, que assume múltiplas formas, entre o desejo humano e a realidade. Da cultura da pobreza pode emergir a cultura da transformação”* (PARANÁ, 1996, p. 334). A energia da revolta pessoal e a alienação

abrem espaço para o surgimento de novas formas de organização social. A cultura da transformação aponta para a fé na necessidade e no desejo de transformação de algo referente a um indivíduo, a um grupo ou ao mundo. O objeto a ser transformado está em aberto. “*Não há restrições ou limitações sobre o que possa ser transformado, apenas há alguns indicativos éticos*” (p. 407).

O conceito de cultura da transformação caminha junto com os conceitos de cidadania emancipada e de novos modos de subjetivação. Em todos eles o indivíduo se movimenta em favor da vida, da invenção, da possibilidade de criação de novos modos de existência ou estilos de vida. Na história de Maurício isto está presente desde sua tentativa de vender jornal, até os dias de hoje, na luta pela permanência do direito de coleta nas ruas de Belo Horizonte.

Falei com ele mesmo que o que eu ia comprar ali era com o suor do meu trabalho. Hoje eu sei que eu sou um cidadão. Eu tenho direito de entrar no supermercado com minha filha, fazê compra, pagá e sair com dignidade. Não aceito mais essa discriminação. Se fosse antes eu saia de lá de cabeça baixa, só pra ele não pensá nada a meu respeito, mas hoje não faço isso não. Tem que respeitar. Eu cato papel mesmo, pego meu carrinho e vou pela rua, mas eu ganho aqui o que muita gente num mês de trabalho suado não ganha em outro lugar. O meu é suado também, mas só porque é com lixo não vale? Não tem disso não. Mas isso eu aprendi aqui na ASMARE. Antes não era assim.

Retomando a questão “o que faz com que essas mudanças aconteçam?” – encontramos em Deleuze (1992), a partir de sua leitura de Foucault, uma possibilidade de resposta.

O que antecede as mudanças subjetivas juntamente com mudanças no modo de exercer a cidadania é um acontecimento. Acontecimento é um conjunto de forças presentes no meio e que possibilitam a emergência de determinado evento. Ele é breve, fugaz. É sobredeterminado, sem causa única, fortuito. Não pode ser plenamente explicado, acontece. Na história de Maurício podemos tentar localizar o marco para as mudanças que realizou na relação consigo mesmo, com o meio e com o seu trabalho a partir do seguinte acontecimento: “*Eu olhei pra mim, tava todo sujo e pensei, “não sou*

assim, o que ta aconteceno comigo? Eu tenho que trabalhá”. Existe porém, uma inexplicabilidade acerca do (s) acontecimento (s) causador (es) deste evento. *“Acontecimentos não se explicam pelos estados de coisas que os suscitam, ou nos quais eles tornam a cair. Eles se elevam por um instante, e é este momento que é importante, é a oportunidade que é preciso agarrar”* (DELEUZE, 1992, p. 218). Essa inexplicabilidade parece perpetuar a questão, mas este ponto é merecedor de um estudo mais criterioso. De todo modo, é uma possibilidade de responder à questão sobre o que pode colocar um individuo em processo de singularização, de criação, enfim, de mudança subjetiva.

Subjetividade e cidadania são elementos que podem ser percebidos em espaços que favorecem uma articulação criativa e inovadora dos mesmos. Os novos movimentos sociais aparecem como espaço favorável a essa articulação, por serem espaço de resistência contra o que já está instituído e por serem movimentos maiores, que comportam o movimento dos catadores de papel da ASMARE.

4.3 - Os Novos Movimentos Sociais (NMS)

A existência de diferentes processos de singularização abre espaço para se pensar possibilidades de conceber a construção de uma sociedade não utópica, onde a produção de modos de subjetivação aconteça sobre bases diferentes das bases sociais nas quais se assenta a industrialização mundial. O interesse desta pesquisa é pensar essa mudança em situações localizadas, pontuais, na vivência dos grupos e mesmo de alguns movimentos sociais. Trata-se de grupos ou movimentos sociais que em vários momentos não se submetem à subjetividade tal como a recebem. Apresentam movimentos de resistência à alienação e se movimentam de constante, uma vez que mudanças não são conquistas definitivas e estão a todo momento sendo repensadas, melhoradas e indo em direção a novos modos de condução e inserção na sociedade .

O que caracteriza os NMS [Novos Movimentos Sociais] não é somente uma resistência contra o processo de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva. (GUATTARI, 2000, p.45).

O termo “Movimentos Sociais” surgiu em 1840, a partir da defesa que Lorenz Van Stein fez da necessidade de se pensar uma ciência que estudasse os movimentos sociais e, em especial, o movimento operário francês e movimentos socialistas europeus (SCHERER-WARREN, 1984). Em seguida, os estudos acadêmicos foram se multiplicando e foram delineando duas correntes de estudos: aqueles que percebiam os movimentos sociais como forma de expressão dos grupos e forma de ação social e aqueles que entendiam os movimentos sociais como forma de romper com a ordem social e, portanto, com a moral, as instituições e as formas de sociabilidade construídas historicamente em cada sociedade. Apesar dos diferentes modos de pensar os movimentos sociais, ambas as correntes entendiam que eles eram frutos de tensões sociais que ocorriam em sociedades desiguais que, geralmente, estão inseridas em algum processo de mudança.

Nas origens do uso do conceito, os movimentos sociais “clássicos” eram movimentos operários sindicais, que estavam organizados em torno do mundo do trabalho. Eram movimentos característicos da organização da classe trabalhadora que, buscando transformações sociais, tentavam colocar por terra a lógica da exploração capitalista e, conseqüentemente, seu processo de alienação.

Não há uma definição única e definitiva de movimentos sociais, mas segundo Gohn (2003) os mesmos representam o conjunto de ações coletivas que estão direcionadas tanto para reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto para construção de uma nova sociabilidade humana. São ações sociais coletivas que viabilizam variadas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Concretamente, essas formas adotam estratégias que variam da simples denúncia à pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída).

Segundo Ricci (s/d) até os anos 60 houve uma preocupação quanto a articular as práticas dos movimentos sociais a uma possibilidade revolucionária dos trabalhadores. Porém, as lutas sociais que emergiram na Europa a partir de maio de 68, provocaram o surgimento de novas abordagens que passaram a se inscrever nos estudos sobre os movimentos sociais. A sociedade francesa não atravessava nenhuma crise econômica, política ou militar. Os que em Maio de 68 se manifestaram, estavam recusando muito mais uma certa forma de existência social do que a impossibilidade material de subsistir naquela sociedade. Tratou-se de uma revolta contra a sociedade produtivista, capitalista, e seus valores.

Um panfleto parisiense de 68 diz: como os trabalhadores, os intelectuais constituem um grupo social oprimido: eis porque uns e outros se encontram unidos na luta. Frequentemente se coloca a questão: porque os estudantes, que são privilegiados, filhos de burgueses, se revoltam com tal violência? Essa questão (...) recobre um erro fundamental: a idéia de que só a miséria material justifica a revolta e de que um homem 'que tem tudo de que precise' (no plano material) deve se encontrar igualmente satisfeito no plano moral. (MATOS, 1981, p.30).

A partir de então, as lutas sociais foram se diversificando numa multiplicidade temática. A juventude resistia em aceitar a sociedade industrial com seus procedimentos de disciplinarização do corpo e do espírito. Assim, os movimentos colocavam questões de discriminação racial, sexual, do cotidiano, além das questões do trabalho. E estes movimentos com suas questões constituíram o centro dos futuros processos revolucionários. (CANDIDO, 2004)

Os NMS visam atender às demandas do direito à diferença, NMS tais como ocorre no movimento feminista, os étnicos e inclusive os movimentos das pessoas com necessidades especiais. Os NMS carregam duas características: o envolvimento nas questões de justiça social e das relações mais igualitárias, mas ao mesmo tempo, fazem referência ao que lhes é peculiar enquanto elemento de distinção – a demanda pelo reconhecimento de identidades específicas. Isto permite deduzir que tais movimentos estão, ao mesmo tempo, no registro das lutas democráticas e/ou socialistas, por meio da reafirmação da igualdade (TOURAINÉ, 1998) e no registro do campo conservador pela afirmação e consentimento com a idéia da diferença.

Ao final dos anos 70, o sociólogo Alain Touraine acolheu, a partir dessa multiplicidade temática, os movimentos de gênero, ecológicos, pacifistas e nacionalistas, dentre outros, como representativo desses “novos” movimentos sociais (NMS). TOURAINE⁷ afirma “*que não só o movimento operário deixa de ser o personagem central da história social, como o campo cultural torna-se locus onde se formam as principais contestações e lutas*” (citado por DOIMO, 1995, p.41). Esses NMS se contrapõem aos movimentos sociais tradicionais (movimento operário sindical) em suas práticas e seus objetivos. Com os NMS, não se trata mais da preocupação em defender os trabalhadores dos grandes senhores da indústria. Os objetivos agora são direcionados para reivindicação de autogestão e autonomia das unidades sociais de base. Segundo TOURAINE, (citado por PEREIRA, 2002, p.94), as novas contestações não visavam criar novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos: “*o direito `a vida do que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito `a livre expressão ou `a livre escolha de um estilo e de uma historia de vida pessoal*” .

De certa forma, foi somente a partir das questões suscitadas em 68, que começou a ser pensado a revolução do cotidiano e o questionamento das teorias políticas tradicionais. “No Brasil combinaram-se movimentos sociais semelhantes aos dos países centrais (feministas, ecológicos) com movimentos próprios, portadores de reivindicações de democracia e das necessidades básicas. (FERREIRA NETO, 2004a, p. 110). Trata-se da dimensão microfísica das relações de poder e daí a necessidade de se pensar estratégias de luta nesta dimensão, isto é, micropolíticas. O que seriam “questões menores” ou secundárias (dos negros, das mulheres, dos presos, dos “loucos”, dos poetas, etc.) eram, enfim, as questões da subjetividade. Aí, na dimensão microfísica ou molecular, estas questões não são menores. Ao contrário, são consideradas da maior importância. “As grandes mudanças históricas, as macromudanças, são sempre resultado de pequenas micromudanças” (BAREMBLITT, 1994, p. 45). Os grupos ou movimentos sociais são, a princípio, lugares de produção, da eclosão constante do novo, espaços de resistência, espaços de permanente diferenciação. A partir da atuação em micropolíticas, os indivíduos buscam obter melhorias nas suas condições de vida, buscam reelaborar as

⁷ TOURAINE, A. **O pós-socialismo**. Porto: Afrontamentos, 1981

condições que não lhe são favoráveis, questionando as mais diversas problemáticas. Assim, podem ser relacionadas as micropolíticas com processos de singularização, de valorização da subjetividade no qual se inserem os movimentos sociais.

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) têm apontado a afirmação da subjetividade, visando a organização de novos exercícios de cidadania que *“incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos”* (SANTOS, 2003, p.264). Ao invés de invocarem a intervenção do Estado, para assistir ou tutelar os grupos oprimidos e excluídos, os NMS reivindicam a autonomia e a autogestão dos grupos sociais que pretendem organizar uma vida diferente, atuando sobre as escolhas sociais e políticas. Ter autonomia, segundo Gohn (2003) não é atuar à margem do instituído, estar isolado ou dar as costas ao Estado, mas ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com a autodeterminação; é planejar metas e programas; é criticar mas ter também propostas de resolução para o conflito; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, vencendo o localismo; é priorizar a cidadania: construindo-a, se não existe e, resgatando-a, se corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas, etc

Segundo Pereira (2001), a expressão NMS cunhada foi por Alain Touraine (1978) é uma forma de denominar a emergência de novos sujeitos da história, ou podemos dizer, a emergência de novos modos de subjetivação.

Os NMS fazem a tentativa de produzir modos de subjetividade originais, isto é, são movimentos sociais que não se submetem à subjetividade tal como a recebem, mas se reapropriam dos elementos da subjetividade produzindo processos de singularização subjetiva, ou seja, novos modos de subjetivação.

Os movimentos sociais sempre estiveram presentes na forma de resistência, no contexto brasileiro. E, de maneira inventiva, criaram mecanismos originais de oposição, próprios do seu jeito de ser, na forma de desconstrução construção, jamais como cópia

repetitiva. A multiplicidade e as rupturas subjetivas são as armas estratégicas para confundir o inimigo. (PEREIRA, 2002, p.7)

O movimento dos catadores de papel e material reciclável é um movimento nacional que pode ser pensado na categoria dos novos movimentos sociais. Este movimento é formado por indivíduos que acabaram por construir um novo estilo de vida. Lutam por melhores condições a partir da organização de grupos que possam reivindicar e criar direitos e condições de trabalho, tendo como sustentação do movimento, a certeza do direito ao trabalho, que todo cidadão tem e a certeza da possibilidade de mudança do quadro de miséria assujeitada a poderes e domínios que vigoram há muito na sociedade.

A ASMARE é um projeto dentro do movimento nacional dos catadores. Ela é uma iniciativa surgida de um movimento social que começou simples, resultado de articulações em espaços micro, onde a luta era por melhores condições de vida e de trabalho. O rompimento com a cultura da pobreza, com a posição de tutelados e assistidos e com uma subjetividade assujeitada a outros domínios, é a principal característica pela qual a ASMARE vem lutando. Embora já estabelecida, conhecida e respeitada em Belo Horizonte, a associação precisa continuar lutando por seu espaço. E como integrante dos movimentos sociais, a luta continua sendo também pela mobilização popular, pela paralisação, protestos, tentando fazer valer e manter os direitos até então conquistados.

Porque a prefeitura cismou que agora a gente não vai ter mais o direito de catá o lixo, que a preferência vai ser dela. Sabe porque? Ela já percebeu que o negócio dá dinheiro. Ela que ela mesma vendê direto pro pessoal que compra da gente. (...) Estamos organizando isso tudo aqui entre nós. Vamo fechá o transito aqui na Contorno, deixando só uma pista pra ambulância. Ninguém nem vai voltar pra casa. Vamo fica trabalhando e as 4 da manha vamo colocár todos os carrinhos na rua. Eu já sei no que vai dar. Vai vir até batalhão de choque, porque é assim que eles fazem quando a manifestação fica grande. Mas é isso mesmo que a gente quer, pra vir também rádio e televisão.

Segundo Gohn (2001b), fala-se em uma crise dos movimentos sociais. Porém, a crise é parcial, e vem acontecendo apenas em alguns movimentos pontuais. Os movimentos ecológicos, por exemplo, não estão em crise, mas sim em ascensão, sendo uma das grandes fontes de mobilização do século XXI. Ainda que haja alguma crise, a

mobilização popular deixou um grande saldo: a construção de uma nova postura da sociedade civil. Os frutos dos movimentos foram menos de ordem material que moral. Ficou estabelecida uma nova racionalidade: *“a de que o povo, os cidadãos, os moradores, as pessoas, ou qualquer outra nação ou categoria que se empregue, tem o direito de participar das questões que lhe dizem respeito”* (GOHN, 2001a, p.98). Este saldo continua presente desde uma assembleia de condomínios, que não aceita a ditadura de um síndico ou de uma imobiliária, até as organizações sindicais, seja no serviço público, nas empresas, ou em conselhos de administração pública, etc. Mas é explícito em nossa sociedade que muito ainda precisa ser feito em termos de mudanças quanto à noção de direitos e reivindicação dos mesmos; é fato que os movimentos sociais fizeram uma provocação e causaram um estremecimento em muitos setores, grupos sociais e indivíduos em termos da necessidade e validade das reivindicações.

A proposta deste capítulo foi ler a história de vida a partir dos conceitos teóricos propostos pelo trabalho. No seu desenvolvimento, estabeleceu-se a existência de duas séries de conceitos. De um lado, os conceitos de cidadania tutelada e assistida, de subjetividades assujeitadas e de cultura da pobreza. De outro, temos a cidadania emancipada, os novos modos de subjetivação, a cultura da transformação presente e articulados aos novos movimentos sociais.

Apesar da divisão didática, é importante ter em vista que todos estes elementos estão articulados. Não é possível perceber um novo modo de subjetivação sem ter em vista que havia uma subjetividade assujeitada. E nem perceber uma cultura da transformação sem levar em conta que ela surge da cultura da pobreza. E que são processos, nunca conquistas definitivas.

Além disso, existe um trânsito entre estes conceitos. Talvez seja possível pensar nesses conceitos como estados nos quais os indivíduos se encontram ou momentos pelos quais um indivíduo passa. Um indivíduo que exerça uma cidadania emancipada pode adotar em algum aspecto de sua vida ou em momentos de sua vida uma posição de assistido ou tutelado, seja em relação ao Estado, às relações de trabalho ou a pessoas de referência em sua vida. E dessa forma, pela associação inevitável que existe entre exercício de cidadania e subjetividade, este indivíduo estará se posicionando diante do mundo submetido aos processos de alienação, opressão e assujeitamento pelos quais já

havia passado. Cidadania emancipada e processos de singularização não são posições definitivas, mas estão sujeitas a diversas contingências e movimentos que o indivíduo faz em favor de si.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a relação dos catadores com a cidade foi consideravelmente alterada. A própria localização da ASMARE, antes de ser associação, sendo ainda maloca, simbolizava um espaço de exclusão. Segundo OLIVEIRA (2001), a literatura que versa sobre a história de Belo Horizonte deixa clara a intenção de implantar a cidade a partir do centro, em direção à periferia. Do espaço central dominante, para o

espaço periférico, dominado. O espaço central estava definido dentro dos limites da Avenida do Contorno. Os catadores se reuniam para guardar seu material coletado e para dormir à margem da Contorno, ficando conseqüentemente, à margem do espaço ‘nobre’ da cidade. Com o tempo, houve uma mudança nesse modo de organização. Os nomes ‘moleques’, ‘vagabundos’, ‘lixeiros’, ‘marginais’, ‘pivetes de rua’, ‘mendigos’, eram nomes condizentes com a ocupação do espaço à margem da sociedade e conseqüentemente, à margem do espaço social ‘privilegiado’.

Por não conseguirem se fazer representar no cenário social como trabalhadores, eles estabeleceram entre si novos vínculos e inventaram novos modos de sobreviver. Em geral, as marquises e os viadutos da cidade eram pontos de encontro dos indivíduos mais desiguais da cidade. Ainda que tivessem moradia em regiões periféricas da cidade, a grande maioria não conseguia com o trabalho, dinheiro suficiente para arcar com despesas de transporte, e assim, dormiam nas ruas para vigiar o material que coletavam. Uma característica do grupo, que inicialmente se reuniu na maloca, é que a maior parte dos catadores possuía moradia, dormindo em casa somente nos fins de semana, já que tinham que cuidar do material reciclável recolhido durante a semana de trabalho, por falta de um local para armazenarem o mesmo.

Segundo Guattari (1992), a organização espacial da sociedade é fundamental para a compreensão de como se dão os processos de subjetivação.

As cidades são imensas máquinas – megamáquinas (...) produtoras de subjetividade individual e coletiva (...). O que conta, com as cidades de hoje é menos os seus aspectos de infra-estrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considera-los. (1992, p. 172)

As cidades são megamáquinas, na condição de se ampliar esse conceito de máquina para além de seus aspectos técnicos e passar a levar em consideração também suas dimensões econômicas, ecológicas, abstratas e até as “máquinas desejanter”. Esses componentes maquínicos são, antes de tudo, produtores de subjetividade.

Após um longo período vivendo à margem, sem qualquer forma de reconhecimento social, os catadores que participaram da ASMARE passaram a compor um quadro de referência na cidade. Essa conquista se estendeu para os catadores não filiados, mas que vivem do mesmo trabalho. Os catadores ainda cruzam as avenidas puxando seus carrinhos, mas agora ocupam outro lugar tanto para a cidade, como na cidade. De cidadãos de segunda classe, passaram a ser conhecidos e a se reconhecerem em condições de exercício de seus direitos. Essa emancipação se deveu também a um elemento recorrente no discurso de Maurício que nos ajuda a compreender sua história, mas presente na vida de outros catadores: o trabalho.

Criança, órfão de pai, Maurício tornou-se provedor pela via do trabalho, vendendo jornais e frutas na vida pública, também espaço dos homens. Tornou-se o homem da casa, que orientava e autorizava. Quis ser o primeiro filho a casar, embora não fosse o mais velho. Afirmou-me como homem capaz de conquistar uma mulher. Esses são alguns elementos que apontam que o trabalho e a masculinidade marcam uma posição na história de Maurício. Trabalho, masculinidade e uma articulação entre esses elementos, contribuindo para a construção de processos de subjetivação são elementos para futuros aprofundamentos de pesquisa.

Um dos primeiros efeitos do projeto ASMARE foi uma modificação, na cidade, da percepção que estava atrelada à classe dos catadores de papel e, nos catadores, da imagem que tinham de si mesmos, frente à cidade e ao seu trabalho. De moleques, vândalos e outros adjetivos semelhantes, passaram a ser reconhecidos como trabalhadores que, inclusive, contribuía para conservação do meio ambiente, geravam produtos e outros serviços a partir do seu próprio trabalho.

Na rua mudou muito. Agora tratam a gente como conhecidos. Brincam com a gente até. Antes, quase passavam em cima da gente. Hoje, respeitam a gente como catador e trabalhador. Não xingam a gente mais. Antes chamavam a gente de cavalinho, porque cavalo é que puxa carrinho. Hoje somos nós, somos corpo, somos humanos. (D. Lourdes)

Colocar carrinho na rua sem a roupa da ASMARE e sem crachazinho eles acham que nós era marginal. Hoje a gente é reconhecido no Brasil todo. Aqui a gente tem dignidade, honestidade. (D. Maria)

Era difícil isso porque a gente tava no lixo e achava que tinha que ser assim: tava no lixo e acabava achando que era lixo também. Catador de lixo o resto da vida, sem casa, sem nada. Eu pensava que catador não tinha valor. Quem ia querer coisa boa pra papeleiro? (D. Lourdes)

Toda essa modificação reflete que a proposta de criação da associação não visa somente uma mudança material na vida dos catadores. Tendo em vista as características dos Novos Movimentos Sociais, e sendo a ASMARE um projeto dentro deste movimento maior, a luta não foi e não é apenas por mudanças materiais. Os associados lutam por mais que isso: lutam por mudanças sócio-culturais. É fato na vida dos associados que a mudança material foi a de maior percepção por parte de todos, tendo em vista o estado de pobreza e mesmo de miséria em que viviam. Mas é de igual importância as mudanças referentes ao modo de vida que levavam antes da formação da associação. *“Hoje eu gosto mais de mim. Tratam a gente aqui como um parente mesmo. Hoje o que as pessoas vêm fazer aqui? Ver a gente, né? Vem repórter, a gente aparece na televisão”* (D. Maria de Lourdes); *“Aqui a gente tem dignidade, honestidade”*. (D. Maria)

Afinal, existe dentro do movimento dos associados uma tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, tentando escapar à cooptação ou manipulação do sistema, que mantêm a pobreza e a miséria e deixam obscurecidas as oportunidades de mudanças. Os associados estão predispostos à participação continuada na luta por seus interesses, que além de financeiros, são também de criação de modos de vida onde o jeito de ser, vestir, andar, trabalhar, enfim, seja uma criação livre de sujeitos autônomos e independentes que lutam pela conquista de novos direitos humanos e sociais.

Mas é preciso levantar uma questão referente, senão à liberdade dos associados, à liberdade da associação. Liberdade de trabalho, de ir e vir na cidade, de determinar quando e onde coletar seu material e definir seu espaço. Após o término das entrevistas com Maurício, houve um embate entre a Associação e a Prefeitura de Belo Horizonte⁸. Devido à mobilização dos catadores, a Prefeitura parece ter desistido da intenção de

⁸ A prefeitura de Belo Horizonte tinha a intenção de proibir que a coleta seletiva fosse realizada por outros que não seus funcionários credenciados. Em função disso, os associados da ASMARE fizeram uma mobilização nas ruas em protesto contra esta ação da prefeitura

proibir que a coleta de material reciclado seja feita pela associação. Segundo Maurício, a intenção da Prefeitura é tomar a frente da coleta seletiva, por ser este um trabalho muito lucrativo. Conforme relato de Maurício, a mobilização dos catadores evitou uma decisão final da Prefeitura que alteraria os direitos que a Associação suponha já adquiridos. Alguns associados demonstravam preocupação “*A gente cria família com o trabalho daqui. Como vai ficar todo mundo se a prefeitura mudar tudo? O ganho nosso é isso aqui. Se fecha a gente fica sem serviço*” (D. Maria de Lourdes); “*Agora a prefeitura ta querendo proibir a gente de catar onde a gente já cata. Ela não pode fazer isso não. Vai ser muita gente sem emprego. O que eles vão fazer com tanta gente desempregada?*” (D. Maria).

Seria essa uma característica dos movimentos que lutam por emancipação: a de uma luta permanente por manutenção e criação de seus direitos? Se assim for, que a luta continue e seja uma constante na vida dos associados. Mas há que se perguntar: até que ponto existe de fato uma criação e conquista de direitos ou, na verdade, somente uma concessão (provisória) por parte daqueles que dominam e governam?

Assim como o Maurício, vários outros catadores, antes de se associarem à ASMARE, ou antes mesmo de se reunirem pensando em uma organização do trabalho de catar papel, traziam enfatizada em seus discursos uma posição subjetiva de indivíduos serializados, modelados, resultado de uma produção massificada e assujeitada. Numa relação com a subjetividade, trata-se de produtos subjetivos, isto é, formas ou maneiras de existir já organizadas, reprodutivas, estratificadas, totalizantes e totalitárias. No que tange à cidadania, tratava-se de um exercício de uma cidadania tutelada ou assistida, onde se tem a expressão de sujeitos que se submetem à opressão e à alienação.

Estendendo a idéia deste trabalho para outras realidades, muitos são os indivíduos que estão posicionados à espera de soluções para as dificuldades de suas existências. Impressionava-me, em trabalho anteriormente realizado, (conforme descrito na introdução) a postura de espera e de pouca iniciativa por parte de pessoas que diziam precisar mudar seu modo de vida e melhorar suas condições. Com o desenvolvimento deste trabalho, entendo que minha dificuldade em ler o que se passava se deu porque eu tentava entender o exercício da cidadania por si mesmo. Os meios de comunicação se

incumbem de esclarecer para todos, os direitos, quais são eles, onde estão garantidos e muitas vezes até o que cada um precisa fazer para exercê-los. Mas pensar exclusivamente em cidadania, ou pensar em cidadania apenas dessa maneira, não nos ajuda a entender porque os indivíduos não se movimentam, em direção a este exercício.

Como um dos aspectos dessa empreitada é o trabalho de coleta seletiva, podemos pensar porque muitos moradores de rua permanecem em estado de miséria, quando podem abrir mão deste estado e desenvolver algum trabalho onde possam encontrar renda, ainda que mínima, para mudarem suas realidades. A partir da era dos “recicláveis”, a saída de trabalho encontrada pela ASMARE é possibilidade para qualquer interessado em aumentar e criar uma fonte de renda. Seria possível delongar esta idéia e descrever aqui as várias possibilidades de trabalho e modos que cada pessoa pode encontrar para mudar a realidade de sua vida. Mas não se trata disso. Mudanças subjetivas precisam vir atreladas às práticas referentes à cidadania. Ainda que não ocorra de fato, está colocado na lei brasileira que direito ao trabalho todo indivíduo tem, mas colocar-se em movimento para trabalhar não acontece somente porque todos têm direito ao trabalho.

*Comecei a catar papel na rua porque uma menina lá do General me disse assim: “ vamos lá catar papel”. Eu aceitei e fomos lá pro Galpão da Guaicurus. Não era ASMARE ainda não. Ela me levou lá, mas não quis ficar. Quando foi pra associar, com as regras da ASMARE, ela saiu. Hoje ela ta caída e eu to em pé. Ela não tem as coisas direito. Ela não quis vir pra ASMARE e eu vim. Hoje eu trabalho aqui com muita honestidade. Criei meu filhos. Meu filho tem 25 anos e trabalha aqui. A minha carteirinha é 125.
(D. Maria de Lourdes)*

Se os grupos adquirem a liberdade advinda dos novos modos de subjetivação, têm a capacidade de ter sua própria situação, com a possibilidade de criação, sendo possível preservar o caráter de autonomia, que lhes é tão importante. Os “desiguais”, por exemplo, apesar de estarem, muitas vezes, condicionados pela carência, falta de oportunidades de trabalho e de reconhecimento, podem elaborar modos de vida que lhes permitam viver na cidade, apesar das forças econômicas e sociais que tendem a mantê-los como desiguais. Por razões de sobrevivência, centenas de pessoas tornaram-se catadores de papel e de outros recicláveis. Mas além das razões de sobrevivência, esses

sujeitos expressam uma forma de resistência frente à subjetividade capitalística⁹, não estabelecendo com a mesma uma relação de submissão. Apesar da marca imposta pela distribuição espacial da cidade e dos moradores, os catadores foram, ao longo de lutas por reconhecimento e qualidade de vida, indo na contra-mão da estigmatização que lhes era imposta.

Segundo Guattari (2000), singularizar é luxo nos tempos que correm. Mas existem sim, os processos de singularização. Permanece a questão: o que deflagra esses processos? Encontramos em Deleuze (1992) uma possibilidade de resposta, quando sugere que o acontecimento é um conjunto de forças presentes no meio e que possibilitam a emergência de determinado evento, no caso, a singularização, ou seja, o acontecimento pode deflagrar o processo de singularização. O acontecimento é que pode fazer com que um indivíduo se mobilize para sair, por exemplo, da cultura da pobreza e se movimente para criar um estilo de vida.

O aprofundamento no complexo conceito de acontecimento parece ser um desdobramento desta pesquisa para futuros trabalhos, uma vez que a questão acima colocada insiste.

O maior ganho e esclarecimento advindos desta pesquisa é a percepção de que cidadania não se aprende e nem se aplica porque as cartilhas do governo estão sendo distribuídas ou porque são conceitos que a educação no Brasil começou a implantar nas escolas desde o ensino fundamental. Também não é conceito que se coloca em prática porque existem leis no Brasil que garantem vários direitos. E ainda, não é prática que seja garantida porque entidades, civis de várias instituições ou pessoas de boa vontade desejam ver necessitados de várias ordens melhorarem sua condição.

Falar em cidadania e desconsiderar aspectos da subjetividade é continuar perpetuando uma impossibilidade de criação de cidadãos emancipados, implicados com suas realidades e possibilidades de mobilização e mobilidade sociais. A mera concessão de direitos não garante uma cidadania emancipada. Não se trata de afirmar a superioridade do conceito de subjetividade perante o de cidadania (SANTOS, 2003),

⁹ Impede os processos de vida social, no que têm de rico e diferente e produz indivíduos iguais, individualidades serializadas.

mas de articulá-los. Não é possível pensar em exercício de cidadania emancipada sem pensar em novos modos de subjetivação que possibilitem tal exercício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARANG, P.; BEZERRA JUNIOR, Benilton. **Psiquiatria em hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Relume-Dunará, 1992. 128 p.

BAREMBLITT, G. **Fabricam-se homens, Édipos e Anti-Édipo: uma introdução**. Belo Horizonte: Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, 1985 (mimeografado).

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1994.

BARROS, V. A. História de vida. Pensar, **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 2001, p. 2.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. Cap. 5: Observação social e estudos de caso sociais. p. 117 - 133

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217 p.

BONAMIGO, Rita Inês Hofer.: Conceito de Cidadania: natureza e problematização. In: **Cidadania: considerações e possibilidades**. Porto alegre: Dacasa, 2000. Cap. 1, p. 17-44.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. **Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e de Dona Maria na luta pela terra**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2004. (Dissertação de mestrado em Psicologia).

CANDIDO, C. **68 - A Revolução do Desejo?** Disponível em <<http://www.agoravirtual.net/Candido/unisinos/af/68.htm>>. Acesso em: 14 de junho de 2004.

CARDOSO, M. B. R. **A ASMARE e seus parceiros públicos e privados: uma rede de cooperação para a geração de trabalho e renda**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2003 (Dissertação de mestrado em Administração)

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 235 p.

CARRETEIRO, T. C. História de vida: da genealogia a um estudo. **Psico**: Porto Alegre, v. 34, n. 2, p: 281-295, jul/dez, 2003.

CRUZ, Arnaldo. **Sem-escola, sem-terra: para uma sociologia da expropriação simbólica**. Pelotas-RS: Editora UFPel, 1996

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992

DEMO, P. **Política Social do Conhecimento: sobre futuros do combate a pobreza**. Petrópolis. Vozes, 2000. Cap. II - Do Beneficiário ao cidadão. p. 23 - 32.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176 p.

DIAS, S. M; COSTA, H. S. M; MARTINS, A. M. Colisões para a mudança: avanços e limites do projeto de coleta seletiva de Belo Horizonte em parceria com a Associação dos Catadores de papel. In: FERNANDES, E; RUGANI, J. M. (orgs). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias. Da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Anna Blume, 1998. Capítulo Dois: Trajetórias da violência e da rebeldia: objeto e metodologia.

DOIMO, A. M. **A voz e a vez do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. 353 p.

FERREIRA NETO. J. L. **A formação do Psicólogo**: clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2004a.

FERREIRA NETO. J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, v. 16, n. 1, p: 111-120, 2004b.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos e Escritos, v. 5, 2004.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001a. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 5)

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2 ed. São Paulo: Loyola. 2001b. 213 p.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 p.

GRAU, N. C; PEREIRA, L. C. B. (orgs). **O público não-estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 1999. 500 p.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade clássica. In: PINSKY, C. B; PINSKY, J (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-47.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo:Ed. 34, 1992. 208 p.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KARNAL, L. Revolução Americana. In: PINSK, J. PINSKY, C. B. (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135 - 157.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 78 p.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, O. C. F. **Paris 1968** - as barricadas do desejo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999. 269 p.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003

MOREIRA, J. O. O sujeito na Psicologia. In: GUERRA, A. M. C; GONÇALVES, B. D; MOREIRA, J. O. **Clinica e inclusão social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002. 198 p.

OLIVEIRA, M. V. **Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2001 (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

ORTEGA, Francisco. **Intensidades, para uma história herética da filosofia**. Goiânia: UFG, 1998.

PARANÁ, D. **O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Xamã, 1996. 451 p.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n.35, p.167- 198, jan.-abr. 1999.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

PEREIRA, W. C. C. **A Clínica e o sujeito: a crise na modernidade e a perplexidade na pós-modernidade**. Conferência de abertura do Congresso Estadual de Psicanálise, Vitória, 2002.(xerocopiado).

PEREIRA, W. C. C. **O adoecer psíquico do subproletariado: projeto saúde mental na comunidade**. Rio de Janeiro:Imago, 2004. 368 p.

RICCI, R. **Novas Parcerias da Escola: a relação com os movimentos sociais**. Disponível em: <thhp://www.pbh.gov.br/smed/cape/artigos/textos/ruda.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2004.

ROLNIK, S. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da**

democracia. In: MAGALHÃES, M. C. R. (org.). **Na sombra da Cidade**. São Paulo: Escuta, 1995 p. 141-170.

ROLNIK, S. Diálogo e Alteridade. **Boletim de Novidades Pulsional**. n.44, p. 35 - 44, dez/1992.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678 p.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**. Florianópolis. UFSC, 1984. 150 p.

SILVEIRA, Renato Diniz. **Cidadania do louco**: da utopia à possibilidade. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2000. p.113. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).

SOUZA JÚNIOR, J. G. A Cidadania do trabalhador urbano. In: TEIXEIRA, J. G. L. C. (org). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986.

TELLES, V. S. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza** – Um estudo sobre o trabalho e família na Grande São Paulo. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese de doutorado).

THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TOURAINÉ, A. **Crítica de Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 431 p.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória/UNICAMP, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)